

# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCOSHIPING**

**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 077/2021  
Data: 21/05/2021**

## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>3</b>
FREDERICO BUSSINGER: REFORMAS PORTUÁRIAS COM PLANO DE NAVEGAÇÃO .....	3
FALTA DE CONTÊINERES AFETA FRETE MARÍTIMO NOS PORTOS BRASILEIROS.....	4
PORTO DE SANTOS PRECISARÁ DE 22 MIL DOSES DE VACINA CONTRA A COVID-19 .....	5
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>6</b>
AVISO DE PAUTA - RAI0-X DO TRANSPORTE DE CARGAS NA CABOTAGEM E NAVEGAÇÃO INTERIOR NO BRASIL POR MEIO DE ESTUDOS SIMPLIFICADOS .....	6
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>6</b>
SÃO PAULO DEFINE DE FORMA PIONEIRA NOVOS PADRÕES PARA QUALIDADE DO AR .....	6
EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO EM ABRIL TÊM MELHOR RESULTADO DA HISTÓRIA .....	7
MAERSK LANÇA SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NEONAV NO BRASIL.....	8
PORTONAVE FECHA 1º TRIMESTRE COMO LÍDER NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NA REGIÃO SUL .....	9
<b>CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - DF</b> .....	<b>9</b>
SISTEMA CNT LANÇA A AGENDA INSTITUCIONAL TRANSPORTE E LOGÍSTICA 2021 .....	9
DESAFIOS PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA MARCAM ÚLTIMO DIA DO FÓRUM CNT DE DEBATES.....	10
FÓRUM CNT DE DEBATES ABORDA PRIVATIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA REEQUILIBRAR AS CONTAS DO PAÍS .....	12
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>13</b>
PORTO CHAVE PARA GRÃOS NA ARGENTINA SOFRE IMPACTOS DE GREVE POR ACESSO A VACINAS .....	13
CORREÇÃO: RELATÓRIO PREVÊ ESPAÇO DE R\$ 4,8 BILHÕES NO TETO DE GASTOS .....	14
ELETOBRÁS MAIS PERTO DA DESESTATIZAÇÃO .....	15
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>16</b>
QUEIROGA DIZ QUE MEDIDAS FORAM TOMADAS PARA ISOLAR CASOS DE VARIANTE INDIANA .....	16
BALANÇOS DO 1º TRIMESTRE MOSTRAM QUE RETOMADA DA ECONOMIA É REAL.....	17
<b>DIÁRIO DO SUDOESTE - PR</b> .....	<b>17</b>
INFRAESTRUTURA CONCORDOU COM MODELO DE CONCESSÕES DO PR, DIZ RATINHO JUNIOR .....	17
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>18</b>
CONFAZ REGULAMENTA ACESSO DE TERCEIROS ÀS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL .....	18
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>20</b>
RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA RETIRA DO TEXTO CRIAÇÃO DE PRINCÍPIO DE IMPARCIALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO .....	20
QUASE 40% DA ENERGIA PREVISTA PARA ENTRAR EM OPERAÇÃO ATÉ 2026 DEPENDE DE OBRAS ATRASADAS .....	21
MÉDIA SALARIAL NO PODER JUDICIÁRIO É TRÊS VEZES A REGISTRADA NO EXECUTIVO, DIZ IPEA .....	23
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>25</b>
MINISTÉRIO DA ECONOMIA ELEVA PROJEÇÃO DE SELIC MÉDIA EM 2021 DE 2,8% PARA 3,60% .....	25
PETROBRAS DISCUTE VENDER FATIA NA BR AINDA ESTE ANO POR MAIS DE R\$8 BI .....	26
PR COLOCARÁ 3.327 KM DE RODOVIAS À DISPOSIÇÃO PARA CONCESSÕES .....	28
FIM DE SUBSÍDIOS PROVOCA CORRIDA POR NOVAS LICENÇAS PARA ENERGIA EÓLICA E SOLAR .....	29
ECONOMIA VÊ ESPAÇO DE R\$ 4,8 BILHÕES NO ORÇAMENTO E PODERÁ DESAFOGAR MINISTÉRIOS .....	30
TCU SE ABSTÉM EM ANÁLISE SOBRE RECEITA E COBRA LIBERAÇÃO DE DADOS PARA FISCALIZAÇÃO .....	32
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>34</b>
PRODUTORES AMEAÇAM PARALISAR EMBARQUE DE GRÃOS.....	34
COAMO TIRA DO PAPEL PRINCIPAIS PROJETOS PLANEJADOS PARA 2021 .....	35
<b>G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO</b> .....	<b>36</b>
COM PANDEMIA E CHINA, CONSUMO DE CARNE NO BRASIL CAI AO MENOR NÍVEL EM 25 ANOS .....	36
<b>AGÊNCIA BRASIL - DF</b> .....	<b>37</b>
COVID-19: JAPÃO APROVA MAIS VACINAS E AMPLIA ESTADO DE EMERGÊNCIA.....	37
"ESTAMOS PRONTOS PARA NOVAS PARCERIAS", DIZ MINISTRO EM CÚPULA DO G20.....	38
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>39</b>
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	39



**A TRIBUNA DIGITAL (SP)**

## **FREDERICO BUSSINGER: REFORMAS PORTUÁRIAS COM PLANO DE NAVEGAÇÃO**

A desestatização das autoridades portuárias ou dos portos organizados é pauta do Governo Federal  
*Por: Frederico Bussinger - 21/05/21 - 10:08*



[https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img2806656013196.webp](https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto&Mar/img2806656013196.webp)

*Foto: Matheus Tagé/AT*

Alguns defendem que o principal poder de um governante, de um governo, é ditar a agenda. A desestatização (privatização) das autoridades portuárias e/ou dos portos organizados (portos públicos) é pauta e diretriz do Governo Federal. Importa pouco as razões para tal definição e, mesmo, a prioridade do tema, hoje, para os portos

brasileiros: está posta sobre a mesa e não há como ignorá-la.

Mas há diferentes formas de encará-la. P.ex: i) alguns procuram postergá-la ao máximo; ii) outros tratam-na da forma como apresentada; iii) outros, consciente ou inconscientemente, introduzem questões menores ou diversionistas; e iv) outros têm o debate como um fim em si mesmo (o que, na era de redes sociais e em meio à pandemia, até funciona meio como uma terapia). O resultado dependerá do mix dessas motivações e, certamente, da competência do comandante do barco e da conjuntura no futuro próximo.

Em recente artigo, Carlos Magano, conhecido engenheiro da comunidade portuária santista e ex-diretor da Codesp (hoje Santos Port Authority ou SPA), deu uma pista: “Primeiro temos que entender qual é o problema... depois deixar claro onde queremos chegar, supondo o problema resolvido”. Duas palavras-chave, dimensões que se complementam: “problema” (dimensão científica) e “queremos” (dimensão socio-política)!

A metodologia é consagrada. É antiga, é boa... melhor ainda se praticada, para o que são desejáveis alguns cuidados:

Os problemas arrolados precisam ser reais e claramente enunciados. Pode parecer óbvio mas, em meio à marquetagem, todo cuidado é pouco: não pode ser descartado o risco de engenharia reversa. Ou seja; organizar-se um rol de problemas já direcionado ao objetivo/meta a ser atingido.

Depois, como o objetivo final é definir “o que queremos” (algo coletivo), recomenda-se que tanto o rol de problemas, como os objetivos a serem atingidos, sejam pactuados junto a parcela relevante dos stakeholders... o que vai além, muito além de serem eles apenas fonte de dados e informações: pactuar!

No caso das desestatizações, o mercado vem sendo ouvido por meio do “market soundings”, instrumento que se consolidou antecedendo as audiências públicas. Só que, ao contrário da metodologia resgatada, em geral o ponto de partida dessa oitiva é a proposta, não os problemas (pactuados) a serem resolvidos. Quando for ouvido um leque mais amplo de stakeholders, pública e coletivamente, pode haver surpresas: os sintomas dos problemas hoje são bem distintos daqueles que motivaram as duas últimas reformas.

P.ex, i) o foco das demandas, que impulsionaram a Lei nº 8.630/1993, era o cais; hoje o principal gargalo e, por conseguinte, o foco principal são os acessos; ii) se há três décadas a ênfase era

portuária, hoje é logística; iii) para aumento de capacidades, lá o foco foi mecanização e automação (visto haver infraestrutura sub-aproveitada); hoje, além da requalificação da infraestrutura existente, necessário também ampliá-la; iv) lá buscava-se a “avulsificação” da capatazia; hoje a vinculação dos TPAs (avulsos); v) lá era redução do contingente; hoje a qualificação (e requalificação da mão-de-obra); v) lá as empresas/empresários queriam entrar no porto público; hoje, sair deles; vi) lá a unidade de governança era o “Porto Organizado”; hoje é o “complexo portuário”; vii) hoje há, também, demandas, desafios, compromissos e metas ambientais que inexistiam há 30 anos atrás.

Ou seja, algo bem além de “ativos”, que aparentemente é o motor e a métrica da diretriz em pauta. Ainda é tempo de se aplicar a velha, boa e consagrada metodologia, ora resgatada.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 21/05/2021

## FALTA DE CONTÊINERES AFETA FRETE MARÍTIMO NOS PORTOS BRASILEIROS

Mercado logístico ainda sente efeitos do desbalanceamento do setor, destaca operadora

Por: *Fernanda Balbino*



[https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto\\_&Mar/img1437630311806.webp](https://www.tribuna.com.br/storage/Noticias/Porto_&Mar/img1437630311806.webp)

*Ausência de contentores impacta no valor do frete, diz Sindamar Foto: Delegacia de Investigações Gerais/Divulgação*

A falta de contêineres refrigerados no Brasil já causa uma alta nos preços das frutas no mercado internacional. Além disso, compradores estrangeiros passaram a adquirir produtos perecíveis de outros países, o que pulverizou ainda mais a oferta de caixas

metálicas em todo o mundo. Como consequência, operadores logísticos buscam alternativas para garantir o acesso ao equipamento.

Pelo menos quatro fatores são responsáveis pela falta de contêineres refrigerados no País. O primeiro deles é uma oferta inferior dos contêineres convencionais. Além disso, os impactos da pandemia de covid-19, que causou o fechamento de portos em todo o mundo, fez com que caixas metálicas ficassem represadas no Hemisfério Norte.

Outro problema que agravou a situação foi o encalhe de uma embarcação por seis dias no Canal de Suez, no Egito. A desvalorização recorde do Real no mercado internacional é outro ponto a ser destacado.

Agora, a demanda em alta por proteína na China tem absorvido um número cada vez maior de contêineres, restringindo a oferta do equipamento para outros transportes. A saída, mais do que nunca, é investir no planejamento logístico para driblar o problema.

Segundo o gerente de Desenvolvimento de Negócios da Rangel Logística, Italo Macedo, o problema não deve ser solucionado rapidamente, se estendendo até final deste ano ou o início do ano que vem.

O executivo explica que a empresa fechou acordos com empresas de navegação para garantir o uso das caixas metálicas na volta para a Europa, evitando que fossem absorvidos no embarque de carnes do Brasil, que movimenta 12 vezes mais volumes em relação ao de frutas.

Porém, segundo Macedo, em alguns casos, é preciso optar por outros tipos de frete, como o rodoviário. É o caso do transporte de frutas entre o Chile e o Brasil. “De San Antonio a Santos a carga leva 24 dias por via marítima. Já por via terrestre, são 11 dias”, afirmou.

A empresa também reservou contêineres que encontrou na Europa, passando a transportar carga seca para o Brasil com a refrigeração desligada. Mas, independentemente das opções escolhidas

para os clientes, o uso de ferramentas de tecnologia da informação, como o big data, auxiliam no processo.

Para Macedo, avaliar os dados do mercado é imprescindível para tomar decisões sobre o melhor momento e a melhor forma de importar ou exportar um produto. “Estamos tentando encontrar alternativas logísticas cabíveis para fazer as operações”.

### Impacto

Segundo o diretor-executivo do Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de São Paulo (Sindamar), José Roque, o desbalanceamento de contêineres tem influência direta no preço do frete marítimo. “Os embarques de frutas já estão comprometidos pela falta de equipamento principalmente nas regiões do Nordeste e Norte. As mudanças de rotas dos navios e cancelamentos de escalas também contribuíram para a reposição dos equipamentos, já que os embarques dessas unidades vazias obedecem a um plano de estivagem total do navio, não sendo possível carregar todas as unidades de uma única vez”, destacou.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 21/05/2021

## PORTO DE SANTOS PRECISARÁ DE 22 MIL DOSES DE VACINA CONTRA A COVID-19

Sindicato afirma que são cerca de 11 mil funcionários na região

Por: *Redação*



<https://www.atribuna.com.br/storage/Noticias/Porto & Mar/img4273722211108.webp>

**Sindicato encaminha hoje à Prefeitura de Santos a quantidade estimada de imunizantes para os portuários.**

Foto: *Carlos Nogueira e Alexander Ferraz/AT*

Serão necessárias cerca de 22 mil doses de vacinas contra a covid-19 para imunizar 11 mil trabalhadores que atuam no Porto de Santos. A quantidade foi estimada pelo Sindicato dos

Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp) e será encaminhada, hoje, à Prefeitura de Santos, que fará o pedido ao Governo do Estado.

Segundo o presidente do Sopesp, Regis Prunzel, são cerca de 11 mil portuários na região. Nesta lista, estão 2 mil trabalhadores avulsos ligados ao Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) e outros 9 mil que são vinculados a terminais ou autoridades. Cada um deverá tomar duas doses do imunizante.

Entre eles, estão funcionários da Receita Federal, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Autoridade Portuária de Santos (APS).

Todos têm menos de 60 anos e não sofrem de comorbidades, o que afasta a possibilidade de já terem sido imunizados contra a covid. Mas, segundo o presidente do Sopesp, se forem contabilizados os funcionários terceirizados, o número de trabalhadores pode dobrar.

“Uma das coisas que a gente vai pedir é que se defina um calendário. Precisamos ter previsibilidade”, destacou Prunzel.

Segundo a Prefeitura de Santos, prefeito Rogério Santos “fez contato diretamente com o Governo do Estado para reforçar a importância da vacinação do setor portuário”.

### Ministério

Na última quarta-feira, uma reunião com representantes de entidades empresariais portuárias e o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni, do Ministério da Infraestrutura, também debateu a necessidade de imunização de trabalhadores do setor portuário.

“Falamos da importância de repetir ações já realizadas em Itaqui (MA) e Maceió (AL). A vacinação cria um corredor de proteção, onde há contato com novas cepas que chegam através de navios”, afirmou o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino.

A Fenop foi uma das entidades representadas na reunião. Também participaram as associações brasileiras de Terminais de Contêineres (Abratec), de Líquidos (ABTL), dos Terminais Portuários (ABTP) e de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), além da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 21/05/2021*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## **ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS**

### **AVISO DE PAUTA - RAIO-X DO TRANSPORTE DE CARGAS NA CABOTAGEM E NAVEGAÇÃO INTERIOR NO BRASIL POR MEIO DE ESTUDOS SIMPLIFICADOS**

A ANTAQ lançará, em 26 de maio, às 15h, o Raio-X do Transporte de Cargas na Cabotagem e Navegação Interior no Brasil por meio de Estudos Simplificados. O estudo apresentou a atualização da estimativa da demanda de transporte aquaviário de cargas, expressa pelos indicadores de tonelada útil – T e tonelada quilômetro útil – TKU, realizada durante o ano de 2019 nos corredores hidroviários brasileiros dos rios Solimões-Amazonas, Madeira, Tocantins-Araguaia, Paraguai, Paraná-Tietê e Hidrovia do Sul, e nas principais rotas ao longo da costa, individualizada pelos principais pares origem e destino da navegação interior de percurso longitudinal e de cabotagem.

Acompanhe o lançamento pelo canal da ANTAQ no YouTube.

Envie suas perguntas pelo WhatsApp: (61) 2029-6515.

Categoria

Infraestrutura, Trânsito e Transportes

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*

*Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

*Fone: (61) 2029-6520*

*FAX: (61) 2029-6517*

*E-mail: [asc@antaq.gov.br](mailto:asc@antaq.gov.br)*

*Data: 21/05/2021*



## **O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP**

### **SÃO PAULO DEFINE DE FORMA PIONEIRA NOVOS PADRÕES PARA QUALIDADE DO AR**

*Informação: CETESB (21 de maio de 2021)*

O CONSEMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente aprovou, em 19/05, os novos padrões de qualidade do ar no Estado de São Paulo, que passam a valer a partir de janeiro de 2022.

A entrada em vigor dos novos padrões, que correspondem à segunda meta estabelecida pelo Decreto Estadual 59.113/2013, foi definida a partir de estudo técnico realizado pela CETESB o qual

levou em conta a evolução da qualidade do ar ao longo do tempo, além de considerar as novas tecnologias disponíveis, tanto no setor automotivo como no industrial, que estão se adequando com relação ao desenvolvimento sustentável.

“O estado de São Paulo, mais uma vez, dá exemplo e caminha para padrões de qualidade do ar que proporcionarão um equilíbrio ambiental, mas principalmente vão assegurar a saúde da população.” Explica a diretora – presidente da CETESB, Patrícia Iglecias.

De acordo com o Decreto Estadual 59.113/2013, que seguiu as diretrizes da OMS, estabelecidas em 2005, São Paulo estabeleceu três metas intermediárias para atingir os padrões finais, correspondentes aos valores-guia definidos pela OMS.

Estudos da CETESB demonstram que, desde 2014, os níveis de material particulado no ar na atmosfera da Região Metropolitana de São Paulo foram reduzidos de 36 µg/m<sup>3</sup> para 27 µg/m<sup>3</sup>.

O esforço de São Paulo se concentra também na redução do ozônio, um desafio das grandes metrópoles do mundo, por meio de planos de controle de poluição já em andamento e que estão sendo aprimorados, especialmente nas áreas onde os padrões vigentes não são atendidos.

“A aprovação da nova meta intermediária de qualidade do ar no estado de São Paulo comprova a excelência do controle e licenciamento que a Cetesb promove ao longo dos anos”, ressalta Eduardo Trani, subsecretário de Meio Ambiente.

“O texto aprovado no CONSEMA é fruto de estudo desenvolvido por especialistas da CETESB e propõe padrões considerando critérios de sustentabilidade que contribuirão para a melhoria qualidade de vida”, comemora Maria Helena Martins, Gerente do Departamento de Qualidade Ambiental.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/05/2021*

## EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO EM ABRIL TÊM MELHOR RESULTADO DA HISTÓRIA

*Informação: Grupo Cultivar (21 de maio de 2021)*

As exportações do agronegócio em abril bateram recorde e chegaram a US\$ 13,6 bilhões, o maior valor mensal já registrado em um mês desde o início da série histórica, em 1997. Esta receita representa uma alta de 39% em relação ao mesmo mês de 2020, segundo análise da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) com base nos dados do Ministério da Economia.

O superávit (exportações superiores às importações) do agronegócio também foi o melhor resultado já obtido, de US\$ 12,4 bilhões, enquanto os outros produtos contabilizados na balança comercial brasileira tiveram déficit (importações maiores que as exportações) de US\$ 2,1 bilhões. Desta forma, com o desempenho do agronegócio, o saldo do comércio brasileiro foi positivo em US\$ 103, bilhões.



[https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/23a28-colheita-de-soja\\_mobile.jpg](https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/23a28-colheita-de-soja_mobile.jpg)

*Vendas externas alcançam receita de US\$ 13,6 bilhões, maior valor registrado desde 1997; entre os principais produtos estão a soja em grãos e farelo de soja. – Foto: Wenderson Araujo/CNA*

A soja em grãos liderou a pauta de exportações no mês passado, com US\$ 7,2 bilhões, aumento de 43,1% na comparação com abril do mês passado. O setor respondeu por 53,1% do total das vendas externas brasileiros do agro. O volume total embarcado foi de 17,4 milhões de toneladas, 17% a mais que abril/2020, dos quais 12,6 milhões foram para a China. “O atraso da colheita e o aumento da participação dos portos do norte facilitaram os embarques brasileiros”, explica a CNA.



O segundo produto mais vendido em abril foi o farelo de soja, com crescimento de 18,9% frente ao mesmo período do ano passado, atingindo o valor de US\$ 657,9 milhões. Na sequência, aparecem celulose (US\$ 621,2 milhões), carne bovina in natura (US\$ 597,9 milhões) e carne de frango in natura (US\$ 573,4 milhões). Os aumentos mais expressivos das exportações de produtos do agro em abril deste ano, na comparação com abril/2020, foram: óleo de soja em bruto (+258,5%) e algodão não cardado nem penteado (+112,8%).

Ainda de acordo com a análise da CNA, os 10 principais destinos das exportações brasileiras do agro responderam por mais 75% dos embarques. A China foi o principal mercado, com 48,1% do total, seguida por União Europeia (12,6%), Estados Unidos (5%), Turquia (2%), Tailândia (1,9%), Coreia do Sul (1,7%), Irã (1,7%), México (1,7%), Vietnã (1,6%) e Bangladesh (1,5%).

Com exceção de Bangladesh, houve aumento das exportações para esses países, com destaque para o Irã (358,6%), México (123,2%) e Vietnã (69,3%). As vendas para a China subiram 47,6% em abril passado frente a abril/2020.

### **Agro.BR**

Os lácteos tiveram o aumento mais expressivo nas exportações dos produtos que fazem parte da lista prioritária do Projeto Agro.BR, feito em parceria com a Apex Brasil para promover a internacionalização de pequenas e médias empresas rurais. As vendas externas dos lácteos aumentaram 234,7% em abril deste ano na comparação com o mesmo período de 2020, passando de US\$ 4,1 milhões para US\$ 13,9 milhões, com destaque para o leite em pó (US\$ 6,9 milhões). Os principais destinos foram: Argélia, Venezuela, Rússia, Chile e Estados Unidos.

Os produtos apícolas também se destacaram em abril/2021, com crescimento de 143,9% nas exportações em relação a abril/2020, subindo de US\$ 9,2 milhões para US\$ 22,5 milhões. Estados Unidos, Canadá, União Europeia, Japão e China foram os principais destinos. O mel natural respondeu por 92% da pauta total dos produtos apícolas.

Já os embarques de frutas cresceram 76% na comparação entre os meses de abril de 2020 e deste ano, totalizando US\$ 103,9 milhões. Destaque para maçãs frescas, mangas frescas ou secas, limões e limas frescos ou secos, uvas frescas e castanha de caju. Os principais mercados alcançados foram: União Europeia, Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e Índia.

As exportações de pescados cresceram 31,1% e a receita no mês passado foi de US\$ 15,6 milhões. Estados Unidos, Hong Kong, Argentina, China e Coreia do Sul foram os principais compradores.

### ***Acesse aqui a balança comercial completa.***

[https://cnabrazil.org.br/assets/arquivos/BalancaComercial\\_abril2021.pdf](https://cnabrazil.org.br/assets/arquivos/BalancaComercial_abril2021.pdf)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 21/05/2021

## **MAERSK LANÇA SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NEONAV NO BRASIL**

**Informação: Agência Porto (21 de maio de 2021 )**

A Maersk lança o NeoNav, uma nova solução digital que usa inteligência artificial para ajudar grandes empresas a otimizar suas cadeias de suprimentos, cortar custos e gerenciar melhor os estoques.

Ao usar a IA, os principais produtores industriais, agrícolas e varejistas podem acompanhar transporte das cargas ao redor do planeta, em tempo real, o que permite tomar decisões e replanejar os processos em questão de segundos.

As vantagens de utilizar o NeoNav também podem ser sentidas no faturamento das empresas, uma vez que podem aumentar a receita em 1%, reduzir o estoque de 5% a 30% e cortar custos de mercadorias vendidas em 2% por meio de melhorias na gestão da cadeia de suprimentos.



Para grandes companhias, a economia pode chegar a conta dos milhões, de acordo com clientes que já utilizam o serviço no exterior, que apresentaram uma redução de US ?30 a US ?40 por contêiner de TEU (de 20 pés) por ano. Também existem benefícios ambientais: o NeoNav contribuiu para uma redução de 50 kg de CO2 por contêiner TEU.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/05/2021*

### **PORTONAVE FECHA 1º TRIMESTRE COMO LÍDER NA MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES NA REGIÃO SUL**

*Fonte: Agência Porto (21 de maio de 2021 )*

O primeiro trimestre de 2021 fechou com um resultado bastante significativo para o Porto de Navegantes. A Portonave se consolidou como líder na movimentação de contêineres no Sul do país, com 32% do mercado – segundo fonte Datamar (contêineres cheios de longo curso).

Com 172.518 TEUs movimentados no período, o porto registrou um crescimento de 39,6% se comparado com janeiro a março do ano passado. Só o Terminal Portuário de Navegantes representou 12% do total de contêineres que o Brasil movimentou no primeiro trimestre desse ano, ficando em segundo lugar no ranking do país.

O resultado da Companhia vai ao encontro da recuperação do mercado catarinense. Apesar de ter encolhido em relação a fevereiro, a produção industrial do Estado fechou março com um acréscimo de 36,5% no comparativo com o mesmo mês em 2020.

O resultado coloca Santa Catarina com a maior alta entre 15 locais pesquisados pelo IBGE, com dados divulgados nessa semana. Um dos destaques é a exportação de madeira, com crescimento de 31,5%. A Portonave é líder no país em movimentação de madeira para exportação.

O Terminal possui três linhas para a América do Norte (grandes importadores da madeira brasileira), das quais fazem parte 24 embarcações. O câmbio elevado também tem fomentado as exportações brasileiras.

A Ásia, especialmente a China, representaram 52% das exportações de cargas refrigeradas e congeladas no primeiro trimestre de 2021. Destaque para proteína animal, principalmente as aves e os suínos.

Historicamente, a China é o país que mais compra do Brasil: em 2020, o país recebeu 35,21% do total comercializado pelo Brasil no mercado internacional. Em 2019, respondeu por 27,76% do total exportado e em 2018, por 27,48%.

Nas importações o continente asiático também dominou: 58% das importações que chegaram ao país pela Portonave em 2021 tiveram como origem a Ásia. O Porto de Navegantes possui três linhas, ao todo são 37 navios, para o continente.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 21/05/2021*



**CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE - DF**

**SISTEMA CNT LANÇA A AGENDA INSTITUCIONAL TRANSPORTE E LOGÍSTICA 2021**

*Por Agência CNT Transporte Atual*



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/05/cnt-1-300x204.png>

Imagem: CNT / Reprodução

A CNT (Confederação Nacional do Transporte) atua, ativamente, para representar e defender os interesses dos transportadores brasileiros, tanto na esfera legislativa quanto perante os poderes Executivo e Judiciário. Esse trabalho de relações institucionais é detalhado pela Agenda Institucional Transporte e Logística 2021, lançada durante o 3º Fórum CNT de Debates.

O documento contempla projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que versam sobre temas estratégicos para o setor, sempre destacando o posicionamento do Sistema CNT, seja ele favorável, parcialmente favorável ou oposto ao texto em questão. Além disso, a agenda traz um resumo das ações afetas ao transporte e que aguardam julgamento por parte dos Tribunais Superiores – muitas delas, inclusive, têm a CNT como amicus curiae (amigo da corte).

“A Agenda Institucional Transporte e Logística 2021 é mais do que um instrumento que compila os esforços da CNT para encaminhar as demandas do setor face aos Poderes constituídos – ela é o testemunho de um trabalho incansável de demonstrar à sociedade a essencialidade da atividade transportadora”, afirma o presidente da CNT, Vander Costa.

A Agenda Institucional Transporte e Logística 2021 pode ser baixada aqui.

Fonte: *Confederação Nacional do Transporte - DF*

Data: 21/05/2021

## DESAFIOS PARA O INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA MARCAM ÚLTIMO DIA DO FÓRUM CNT DE DEBATES

Evento discutiu a morosidade nas obras, a qualidade dos projetos e as dificuldades de investimento do governo

Por Agência CNT Transporte Atual

Promovido nesta quinta-feira (20), o segundo dia do 3º Fórum CNT de Debates foi marcado por discussões sobre os desafios do Brasil para o investimento em infraestrutura e sobre as ações do governo para tentar criar um ambiente de negócios atrativo para o capital privado. Durante o evento, que foi transmitido pelo canal da CNT no YouTube, foram lançadas a Agenda Institucional Transporte e Logística 2021 e a série de podcast Privatizações.

O presidente da CNT, Vander Costa, reforçou que a transferência de ativos públicos para a iniciativa privada, diante da atual conjuntura do país, é a única forma de promover o crescimento econômico sustentável e gerar empregos.

O ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) chamou a atenção, em sua fala, para a morosidade na conclusão de obras no Brasil, com mais de 60% registrando atrasos. “Mudamos o TCU para fazer o trabalho preventivo. Implantamos aqui a tese da governança. É necessário fazer plano de parcerias para ter uma matriz menos dependente do modal rodoviário e para que possamos melhorar a competitividade da nação.”

O orçamento do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) é o menor dos últimos 20 anos, o que põe em risco o desenvolvimento de novos corredores de exportação e a manutenção adequada dos que já existem. O alerta foi dado pelo senador Wellington Fagundes (PL-MT), presidente da Frenlogi (Frente Parlamentar de Logística e Infraestrutura). “Não dá para duplicar rodovias, fazer manutenção e garantir segurança nas estradas sem recursos adequados.” Diante desse cenário, Fagundes defendeu a urgência na aprovação da PEC 01/2021, de sua autoria, que

obriga o reinvestimento de 70% dos recursos que são arrecadados pelo governo nos leilões de privatizações/concessões de infraestrutura no próprio setor.

O deputado federal Diego Andrade (PSD/MG), líder da maioria na Câmara, exaltou a integração dos transportadores com o Parlamento e o Judiciário para buscar soluções para os desafios do setor e destacou o trabalho de modernização regimental realizado pela Câmara, simplificando e diminuindo procedimentos e fazendo os temas andarem, como a questão do licenciamento ambiental.

### Projetos de infraestrutura

Para apresentar o que o governo vem fazendo na área de projetos de infraestrutura, o secretário de Parcerias em Transporte, substituto da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, Leonardo Maciel, explicou que o PPI, hoje em dia, funciona como um hub que conecta vários interessados e stakeholders, que fazem os projetos de infraestrutura. “Trabalhamos com os pilares de governança, transparência, projetos bem estruturados e aprimoramento técnico. Com projetos estourados, o parceiro privado entenderá que há segurança para investir.”

Ao reconhecer o esforço do governo federal para implementar uma agenda de infraestrutura, o presidente da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias), Marco Aurélio Barcelos, pontuou que não há recursos públicos suficientes para mobilizar investimentos em todos os modais e que não há a menor dúvida de que o Brasil terá o maior e mais robusto programa de concessões rodoviárias de todo o globo. Segundo ele, o investimento em infraestrutura deve ser tratado como política de Estado e ter a mesma relevância que o investimento em saúde, educação e segurança. “Vale a pena investir em infraestrutura.” Ele informou que, em 25 anos de concessões rodoviárias no Brasil, foram investidos mais de R\$ 228 bilhões em vias que têm as melhores condições para os usuários.

O diretor executivo da CNT, Bruno Batista, lembrou que o investimento da União em transporte, neste ano, será o menor dos últimos 20 anos ao comparar os montantes de cada ano, corrigidos pela inflação. O valor autorizado para os investimentos deste ano no setor será de R\$ 7,4 bilhões. Comparado esse valor com o montante autorizado no ano passado, a redução é de R\$ 3,2 bilhões. Batista ressaltou a importância do papel de investidor do Estado e afirmou que investimentos privados, sozinhos, não serão suficientes para solucionar os problemas hoje existentes. “A gente não pode arriscar todo o estoque de infraestrutura que foi constituído.”

### Financiamento

Entre os entraves para a atração de capital privado e para proporcionar um ambiente com segurança jurídica aos investidores, o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, destacou o baixo crescimento da economia brasileira nas últimas décadas, o que derrubou os investimentos e a produtividade, que ainda sofre com um péssimo ambiente de negócios. Ele também chama a atenção para a elevação dos gastos públicos, o que esgotou a poupança pública, e da dívida pública. “A gente precisa reconhecer que o setor público esgotou sua capacidade de investimentos. E ainda não fomos capazes de garantir as condições ideais para que o Brasil se torne um terreno fértil.”

Nesse sentido, o superintendente da Área de Saneamento, Transporte e Logística do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Leonardo Pereira, declarou que, com uma boa regulação e um bom contrato de concessão, é possível atrair investidores. Ele detalhou a carteira de projetos do Banco e informou que há mais de R\$ 130 bilhões em investimentos a serem licitados no setor de infraestrutura.

Representante do CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina) no Brasil, Jaime Holguín, disse que, quando o assunto é investimento, do ponto de vista do financiador, ele se depara com alguns desafios: a qualidade dos estudos e projetos é fundamental; a importância da liderança de gestores comprometidos com os programas e projetos; a capacidade técnica de execução; os programas de alto impacto; e a criação de manutenção de parcerias.

**Fonte: Confederação Nacional do Transporte - DF**

**Data: 21/05/2021**



### FÓRUM CNT DE DEBATES ABORDA PRIVATIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA REEQUILIBRAR AS CONTAS DO PAÍS

Primeiro dia reuniu representantes do governo federal, do Congresso Nacional e do setor de transporte; evento segue nessa quinta-feira (20)

*Por Agência CNT Transporte Atual*

O primeiro dia do 3º Fórum CNT de Debates, realizado nesta quarta-feira (19), destacou a necessidade do investimento em infraestrutura para o aumento da eficiência e da competitividade da economia, o processo de desestatização liderado pelo governo Bolsonaro e a importância das privatizações para equilibrar as contas do Estado. Com transmissão pelo canal da CNT no YouTube, o evento segue nessa quinta-feira (20), a partir das 14h30.

Durante a abertura, o presidente da CNT, Vander Costa, afirmou que o país está sem recursos para arcar com uma dívida pública que cresce a cada dia e perdeu a sua capacidade de investimento, especialmente na área de infraestrutura. De acordo com ele, a transferência de empresas e ativos públicos para a iniciativa privada emerge como uma alternativa estratégica para dinamizar a economia brasileira. “A CNT promove esse debate sobre infraestrutura, concessões e privatizações, porque enxerga que essa é a melhor forma de promover o crescimento socioeconômico do Brasil”, disse.

O secretário nacional de transportes terrestres, Marcello da Costa, representando o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, listou os benefícios econômicos do investimento em infraestrutura. “Para cada R\$ 1 investido em infraestrutura, nós temos um retorno, de acordo com os estudos, de R\$ 2,5 na economia. Investir em infraestrutura é aumentar a eficiência do país; é aumentar a nossa competitividade por meio da redução do custo de transportes.” O secretário frisou que o país ainda tem um grande gap nesse setor, mas disse que o governo vem “plantando algumas sementes que frutificarão nos próximos anos”.

Representando a ministra-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Flávia Arruda, o secretário especial de Assuntos Federativos, Erick Moura, falou da necessidade de assegurar segurança jurídica para viabilizar a participação do investimento privado nacional e estrangeiro no Brasil. Já o deputado federal Paulo Caleffi enfatizou a importância do diálogo entre legisladores, tomadores de decisão e os diversos setores econômicos para contribuir com alternativas para o crescimento sustentável no Brasil.

#### Plano Nacional de Desestatização

No painel que debateu o PND (Plano Nacional de Desestatização), o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord, informou que o governo, de janeiro de 2019 até hoje, trabalhou para sair da inércia e tornar o mercado atrativo para o capital privado. “Já saímos de mais de 200 bilhões de negócios [com vendas de participações em empresas], qualificamos 15 projetos no PND e fizemos uma série de novos marcos legais, em parceria com o Congresso, para revolucionarmos o fluxo de investimentos. Ainda liquidamos duas empresas públicas.”

O secretário completou dizendo que, agora, trabalha em “projetos em parceria com o Congresso que exigem alteração legal para desestatização”, em referência à medida provisória que trata da desestatização da Eletrobras e do projeto de lei do novo marco postal, que ampara a privatização dos Correios. Está prevista para esta quarta-feira a votação da MP da Eletrobras no Plenário da Câmara dos Deputados.

Ainda no painel, o ex-presidente da CNT, Clésio Andrade, pontuou que ainda há um longo caminho para o governo brasileiro reequilibrar suas contas e retomar o caminho do desenvolvimento pleno. “A quantidade de recursos que estamos conseguindo com desinvestimento e privatização ainda é muito pequena perto daquilo de que o Brasil precisa. Temos que partir para uma privatização em massa.”

Também participaram do debate o presidente do Conselho Diretor da ANTF (Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários), Benony Schmitz Filho, e o diretor executivo da ANTF, Fernando Paes. Em suas falas, eles comentaram os ganhos do setor ferroviário desde 1996, quando as ferrovias foram concedidas. Desde então, foram investidos mais de R\$ 100 bilhões por parte da iniciativa privada. O painel contou ainda com a participação do deputado Alexis Fonteyne (NOVO/SP).

Fonte: Confederação Nacional do Transporte - DF

Data: 19/05/2021

## ISTOÉ Dinheiro

### ISTOÉ - DINHEIRO

#### PORTO CHAVE PARA GRÃOS NA ARGENTINA SOFRE IMPACTOS DE GREVE POR ACESSO A VACINAS

Por Hugh Bronstein



[https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/Reuters\\_Direct\\_Media/BrazilOnlineReportAgribusinessNews/tagreuters.com2021binary\\_LYNXNPEH4K18Y-BASEIMAGE.jpg](https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/Reuters_Direct_Media/BrazilOnlineReportAgribusinessNews/tagreuters.com2021binary_LYNXNPEH4K18Y-BASEIMAGE.jpg)

*Porto chave para grãos na Argentina sofre impactos de greve por acesso a vacinas  
Porto de Rosario, Argentina*

BUENOS AIRES (Reuters) – O porto de Rosário, principal usado para grãos na Argentina, sofreu complicações nesta sexta-feira devido a uma greve de 48 horas realizada por capitães de rebocadores e outros

trabalhadores que cuidam do fluxo de navios agrícolas, que exigem acesso a vacinas para Covid-19, de acordo com informações de autoridades portuárias.

Sete barcos, seis deles grandes cargueiros da classe Panamax que haviam sido carregados com soja e outros produtos agrícolas, ficaram presos em suas docas, sem poder embarcar por conta da queda no nível da água do rio Paraná em Rosário, segundo três câmaras que representam os trabalhadores portuários.

O centro portuário de Rosário é o principal da Argentina e dali são embarcados cerca de 80% dos produtos agrícolas do país.

Os sindicatos, que exigem ser classificados como “essenciais” para serem aptos às vacinas contra o coronavírus, pararam a atividade desde terça-feira à tarde até quinta-feira e advertiram que será realizada outra medida de força de 48 horas na próxima semana, caso o governo não lide adequadamente com as suas preocupações.

“A greve gerou um colapso total da logística, provocando congestionamento nas ancoragens e impossibilitando a chegada de novos barcos para carregamento no porto”, disseram a Câmara de Portos Privados Comerciais, o Centro Marítimo do Rosário e a Câmara de Atividades Portuárias e Marítimas.

As entidades pediram ao Ministério do Transporte que ajude a destravar a situação, enquanto as autoridades portuárias tentam descarregar parte da carga dos sete barcos para que possam navegar no Rio Paraná em meio ao menor nível das águas devido ao clima seco no Brasil.

Os produtores argentinos se encontram atualmente em plena colheita de soja e milho da temporada de 2020/21.

A nação sulamericana é a terceira exportadora mundial de milho e a primeira de farinha e óleo de soja, usado para alimentação de porcos e aves desde a Europa até o sudeste asiático.

(Reportagem de Hugh Bronstein)

Fonte: *IstoÉ-Dinheiro*

Data: 21/05/2021

### **CORREÇÃO: RELATÓRIO PREVÊ ESPAÇO DE R\$ 4,8 BILHÕES NO TETO DE GASTOS**

Na linha de 13h32 e na nota publicada às 13h57, o valor do espaço adicional no teto foi invertido com o valor que permanece bloqueado. Os valores corretos são: R\$ 4,8 bilhões de espaço adicional e R\$ 4,521 bilhões que permanecem bloqueados. Segue o texto corrigido:

O Ministério da Economia confirmou nesta sexta-feira, 21, um espaço adicional de R\$ 4,8 bilhões no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação, o que vai ajudar a desafogar ministérios que estão hoje com gastos comprimidos, muitos sob risco de um apagão no segundo semestre do ano.

O espaço foi aberto após a revisão em gastos obrigatórios como seguro-desemprego e subsídios. Ontem, o Broadcast antecipou que essa reavaliação ficaria em cerca de R\$ 4 bilhões.

Segundo o Ministério da Economia, a reavaliação abre caminho para a redução do bloqueio no Orçamento, hoje em R\$ 9,3 bilhões, para um montante menor, de R\$ 4,521 bilhões.

As novas projeções apontam um gasto R\$ 1,322 bilhão menor com abono salarial e seguro-desemprego. Como antecipou a reportagem, o lançamento do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato permitiu a redução dos gastos com o seguro, uma vez que o número de demissões tende a ser menor. Além disso, o benefício emergencial (BEm), pago para compensar a redução salarial no programa, é bancado com crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação).

Houve ainda redução nas previsões de gastos com subsídios e subvenções (R\$ 848,8 milhões), subsídios aos fundos constitucionais (R\$ 1,39 bilhão), compensação ao INSS pela desoneração da folha (R\$ 933,2 milhões) e outras despesas (R\$ 798,3 milhões). Por outro lado, cresceu em R\$ 556,8 bilhões a projeção de despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

O relatório também incorporou uma redução de R\$ 19,8 bilhões nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos, decorrente do veto presidencial ao Orçamento. O presidente Jair Bolsonaro precisou vetar dotações orçamentárias para desfazer a “maquiagem” imposta pelos congressistas, que cortaram artificialmente despesas obrigatórias para turbinar obras e emendas.

Com isso, as despesas discricionárias do Poder Executivo caíram de R\$ 139,141 bilhões no relatório extemporâneo de abril para R\$ 119,346 bilhões no documento divulgado hoje. Já as despesas obrigatórias passaram de R\$ 1,491 trilhão para R\$ 1,501 trilhão. A despesa total passou de R\$ 1,631 trilhão para R\$ 1,620 trilhão.

Ainda de acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre, a projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano passou de R\$ 1,643 trilhão para R\$ 1,752 trilhão. A revisão, segundo o governo, é fruto da melhora da atividade econômica. Já a estimativa para a receita líquida – livre de transferências para os governos regionais – passou de R\$ 1,345 trilhão para R\$ 1,433 trilhão neste ano.

Com a melhora da arrecadação, o rombo nas contas deve ser menor que o projetado inicialmente. O déficit é calculado em R\$ 187,7 bilhões, menor do que a meta, que permite resultado negativo de até R\$ 247,1 bilhões.

Para além dessa meta e dos limites do teto de gastos, o governo está autorizado a gastar R\$ 68,932 bilhões com o auxílio emergencial, medidas de proteção ao emprego e recursos extras para a saúde sem que isso seja contabilizado na meta fiscal.

Ao todo, os créditos extraordinários da pandemia subiram R\$ 11,748 bilhões, para um total de R\$ 99,495 bilhões neste ano.

**Fonte: IstoÉ- Dinheiro**

**Data: 21/05/2021**

## ELETOBRÁS MAIS PERTO DA DESESTATIZAÇÃO

Câmara dá aval para transferência de parte estatal elétrica para a iniciativa privada, mas mantém com o governo a golden share. Meta é levantar R\$ 60 bilhões.

**Por Jaqueline Mendes**



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/05/70-2.jpg>

**FIO CONDUTOR** Processo de passar parte da empresa para iniciativa privada já havia sido iniciado no governo Temer. (Crédito: Divulgação)

Em uma semana intensa no noticiário político, com CPI da Covid-19, ministro suspeito de contrabando de madeira e acusações cada vez mais evidentes de responsabilidade na morte de meio milhão de brasileiros, o governo Bolsonaro teve uma razão para comemorar. Na quarta-feira (19), a Câmara dos Deputados aprovou, por 313 votos a 166, o parecer do deputado Elmar Nascimento (DEM-BA) à medida provisória que permite a capitalização da Eletrobras. A MP seguiu para o Senado, que precisa analisar a texto até 22 de junho, sob pena de a proposta caducar. Na prática, se continuar com esses parâmetros, a estatal teria gestão similar à da Petrobrás, com a decisão final ainda condicionada ao Palácio do Planalto.

A privatização endossada pela Câmara é idêntico ao proposto pelo ex-presidente Michel Temer. Em vez de um leilão total ou em fatias, o governo fará uma capitalização da companhia com lançamento de ações em bolsa. A ideia é diminuir a atual fatia do governo, dono de 61% do capital, para 45%. Com isso, a União preservará a chamada golden share, ação especial que garante direito a veto em decisões estratégicas. O objetivo é levantar mais de R\$ 60 bilhões, que serão divididos entre o Tesouro Nacional e fundos do setor elétrico. Pelas projeções do governo, a venda de parte da Eletrobras dará capacidade para a companhia investir mais de R\$ 8,5 bilhões em dez anos em obras de revitalização de rios no Norte, Nordeste e Minas Gerais e construção de linhas de transmissão de energia na Amazônia.



<https://cdn-istoedinheiro-ssl.akamaized.net/wp-content/uploads/sites/17/2021/05/71-2.jpg>

**Antonio Barbosa da Silva**

**“Reduzimos a quantidade problemas no texto para obter um parecer favorável e que dialogasse com o bem comum”**  
**Elmar Nascimento relator da proposta.**

Pela a MP, o governo poderá se desfazer de mais ações, já sob gestão privada, quando a Eletrobras estiver valendo mais. Partidos de oposição reclamaram da falta de debate, já que nenhuma audiência pública foi realizada, e acusaram o

governo de valorizar a empresa com ativos que poderiam ser utilizados para baratear a conta de luz e de entregar um setor estratégico para a iniciativa privada.

O sinal verde dos deputados para a redução do controle estatal sobre a Eletrobras é visto como um pontapé para o governo iniciar um ciclo mais intenso de desestatização, até agora uma entre muitas das promessas de campanha não cumpridas. “O governo precisa aproveitar esse movimento favorável para privatizar ativos de seu interesse”, afirmou Marcos Ganut, diretor da consultoria Alvarez & Marsal e especialista da área de infraestrutura e investimentos de capitais. “O ambiente atual é propício para o lançamento de um pacote de privatizações, já que há a desvalorização do real tornou ativos brasileiros mais atraentes aos investidores estrangeiros”, disse.

**Fonte: IstoÉ- Dinheiro**

**Data: 21/05/2021**

### MONEYTIMES

#### MONEYTIMES

## QUEIROGA DIZ QUE MEDIDAS FORAM TOMADAS PARA ISOLAR CASOS DE VARIANTE INDIANA

*Por Reuters*



<https://media.moneytimes.com.br/uploads/2021/05/marcelo-queiroga-6.jpg>

*Mas é um fenômeno biológico, que não é matemático. É preciso que tenhamos os cuidados (Imagem: REUTERS/Adriano Machado)*

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou nesta sexta-feira que todas as medidas sanitárias já foram tomadas para isolar a variante indiana do coronavírus identificada no Maranhão, mas lembrou que o fenômeno

biológico não obedece leis exatas e necessita de todo o cuidado.

O ministro disse que mantém conversas com secretários estaduais de Saúde e principalmente, no momento atual, com o secretário do Estado do Maranhão, Carlos Lula.

“O importante é dizer que a vigilância em saúde no Brasil, ela é muito boa. Esse caso foi detectado prontamente, todas as medidas sanitárias foram tomadas e nós esperamos que não haja uma propagação dessa variante indiana aqui no Brasil”, disse o ministro a jornalistas, enquanto visitava uma fábrica de insumos veterinários com potencial para eventualmente produzir vacinas contra a Covid-19 no interior de São Paulo.

“Foi confirmado em São Luís, esses casos foram isolados, tanto os pacientes como os seus contactantes. A detecção é no Maranhão, então o secretário Carlos Lula, que é o secretário de Saúde do Estado do Maranhão, está em contato permanente conosco, para que tenhamos a condição de isolar essa variante e ela não se propague para o Brasil.”

“Mas é um fenômeno biológico, que não é matemático. É preciso que tenhamos os cuidados”, alertou.

A Secretaria de Saúde do Ceará informa, em comunicado oficial publicado nesta sexta-feira em sua página, que o órgão recebeu em 17 de maio notificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre um caso suspeito da variante indiana da Covid-19 em Fortaleza.

No dia seguinte, já foi realizada visita técnica ao local de isolamento do viajante, que desembarcou de avião vindo da Índia no dia 9 de maio.

**Fonte: Fonte: Moneytimes**

**Data: 21/05/2021**

## BALANÇOS DO 1º TRIMESTRE MOSTRAM QUE RETOMADA DA ECONOMIA É REAL

Por Márcio Juliboni



<https://media.moneytimes.com.br/uploads/2019/11/exportacao.jpg>

**Liderança: exportação de commodities puxou a retomada da economia e das ações na Bolsa, diz Inter Research (Imagem: REUTERS/Paulo Whitaker)**

A economia brasileira está se recuperando dos fortes impactos da pandemia de coronavírus, e a prova são os balanços divulgados pelas empresas nas últimas semanas. A conclusão é do Inter Research, o braço de análises do Banco Inter (BID11).

“A temporada de balanços do primeiro trimestre veio para mostrar que a recuperação econômica do país já é uma realidade”, afirmam Rafaela Vitória e Gabriela Cortez Joubert, que assinam o relatório sobre o assunto.

Elas acrescentam que “os resultados apresentados pelas companhias vieram em linha com as perspectivas de um trimestre de retomada, em alguns casos, inclusive, superando as expectativas.”

A recuperação foi vista em diversos setores, com destaque para os exportadores de commodities, que segue se beneficiando da retomada da demanda mundial e, por tabela, da alta das cotações.

### Sinais

O Inter Research pontua que outros setores, como os bancos e as operadoras de saúde, exibiram sinais de reversão de perdas no primeiro trimestre. “Outros segmentos como elétricas, construção, seguradoras e varejo, embora ainda afetados pela pandemia, já mostraram também que talvez o pior já tenha ficado para trás”, escrevem as analistas.

No início de maio, o Inter elevou de 4% para 4,2% sua previsão de alta do PIB neste ano, encorajado por uma balança comercial mais favorável ao Brasil, e uma “retração mais branda” em março e abril.

Os números não passaram despercebidos pelos investidores. O Inter lembra que, depois de um início turbulento, o Ibovespa sustenta alta no acumulado do ano, puxado sobretudo pela alta de 18% dos papéis ligados a commodities.

Isso não quer dizer que todas as boas oportunidades já passaram. “De acordo com um levantamento interno, quando excluimos o setor, entretanto, vemos queda de quase 2% no índice em 2021, o que, em nosso ver, abre oportunidades para setores ainda subprecificados e com boas perspectivas”, explicam as analistas.

Fonte: *Fonte: Moneytimes*

Data: 21/05/2021



### DIÁRIO DO SUDOESTE - PR

## INFRAESTRUTURA CONCORDOU COM MODELO DE CONCESSÕES DO PR, DIZ RATINHO JUNIOR

O Ministério da Infraestrutura acatou o modelo de concessão proposto pelo Governo do Estado do Paraná para as rodovias do Estado. O consenso do poder estadual com a pasta foi anunciado nesta

sexta-feira pelo governador do Estado, Ratinho Junior, durante coletiva de imprensa promovida para comentar as perspectivas para o setor rodoviário.

“O ministério faz um pacote global de concessões, pensando no País como um todo, mas conseguimos convencer a pasta de que o Paraná merecia, por questão de justiça e desenvolvimento, que o nosso projeto fosse acordado”, comentou o governador.

Segundo o político, o modelo sugerido pelo Ministério da Infraestrutura não atendia as necessidades específicas do governo do Paraná. “Para conseguimos corrigir questões do passado, nossa modelagem tinha que ser diferente, não poderia ficar dentro do modelo comum para todo o Brasil”, complementou.

Ratinho Junior justificou ainda que o Governo do Estado conseguiu convencer o ministério de que o modelo proposto para as rodovias era atrativo para as grandes empresas do setor. “Não adianta você apresentar um projeto que é muito bonito no papel, mas que não tenha pessoas querendo investir”, disse.

### TCU

A análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é o principal desafio para o processo de concessão de rodovias anunciado nesta sexta-feira pelo Governo do Estado do Paraná, segundo o governador Ratinho Junior. Com isso, o político informou que não é possível estabelecer um prazo para que o modelo chegue à etapa de leilões na B3.

“Vamos fazer o possível para que as concessões cheguem à bolsa de valores assim que possível. Para isso, torcemos que a análise do TCU aconteça de forma rápida, como temos visto nas concessões recentes, como de aeroportos”, afirmou o governador paranaense.

Ratinho Junior destacou que em caso de atraso, o atual contrato rodoviário, que vai até novembro deste ano, não será prorrogado. “Se esse for o cenário, o governo vai manter as rodovias até que as novas empresas entrem. Não vamos permitir a prorrogação de um segundo a mais desse modelo para o Estado do Paraná”, disse o político.

*Fonte: Diário do Suldoeste - PR*

*Data: 21/05/2021*



### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

## CONFAZ REGULAMENTA ACESSO DE TERCEIROS ÀS UNIDADES DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

*Artigo por Diogo Martins Teixeira e Isabela Cantarelli do escritório Machado Meyer Advogados*

*Por epbr - 21 de maio de 2021 - Em Colunas, Mercado de gás*

Mais um passo essencial à abertura do mercado de gás natural foi dado no dia 12 de abril de 2021, com a publicação do Ajuste SINIEF nº 01/2021[1], que regulamenta o tratamento tributário do Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aplicável à atividade de processamento de gás natural para terceiros.

A norma era bastante esperada pela indústria e é estratégica para o Novo Mercado de Gás, tendo em vista que os aspectos tributários relativos ao acesso por terceiros às Unidades de Processamento

de Gás Natural (UPGNs), medida fundamental ao desenvolvimento do mercado, estava pendente de regulamentação pelos Estados.

É válido lembrar que, até então, as UPGNs são detidas e acessadas por um único agente, que, no contexto da abertura de mercado, se comprometeu a conceder acesso a terceiros com o intuito de contribuir para um mercado mais dinâmico, plural e competitivo. Visou-se permitir que outros agentes pudessem utilizar tais infraestruturas sem deixarem de ser os titulares das moléculas de gás natural remetidas para o processamento, o que até então não era uma realidade prática observada.

Esse é o contexto no qual o Ajuste SINIEF nº 01/21 foi editado, fruto de intensos debates e esforços conjuntos dos Estados no âmbito do CONFAZ, disciplinando o tratamento tributário do processamento do gás natural para fins de ICMS, tendo por perspectiva equalizar os aspectos específicos do setor.

O tratamento diferenciado estabelecido no Ajuste define a natureza jurídica da atividade de processamento como uma industrialização por encomenda, sendo aplicável aos agentes produtores que contratam a atividade de processamento (autores da encomenda) e aos autorizados a realizar o processamento de gás natural (industrializadores) localizados nos Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Os principais procedimentos regulados pelo Ajuste SINIEF nº 01/21 para permitir o exercício da atividade de processamento para terceiros estão sintetizados abaixo.

### ***I. Fluxo e prazos de emissão de Notas Fiscais Eletrônicas (NFe) na atividade de processamento***

O Ajuste regulamenta o fluxo e o prazo das NFes que serão emitidas no contexto da atividade de processamento, dentre as quais se destacam:

- NFe de remessa de gás natural não processado para o processamento;
- NFe de retorno dos produtos resultantes do processamento, incluindo situações de remessa e venda a ordem; e
- NFes de Entrada e Saída simbólica dos derivados líquidos de gás natural emitidas pelo autor da encomenda, as quais adequam os diferentes tempos e movimentos dos derivados líquidos resultantes do processamento no decorrer do mês à luz dos prazos para emissão dos documentos de remessa e retorno de industrialização.

Outro aspecto relevante do Ajuste SINIEF nº 01/21 consiste na desvinculação do fluxo físico ao fluxo jurídico, sendo este um aspecto bastante relevante para maior segurança jurídica e adequação tributária à realidade do gás natural.

### ***II. Suspensão e diferimento do ICMS no processamento***

Outro aspecto relevante foi a previsão de suspensão do lançamento do ICMS incidente na remessa do gás natural não processado e no retorno dos produtos resultantes do processamento (gás natural processado e derivados líquidos), de modo que o imposto seja recolhido pelo autor da encomenda englobadamente com o ICMS incidente na saída dos produtos derivados.

Note-se que o Convênio AE 15/74, internalizado por diversos Estados, concede a suspensão do ICMS nas operações de remessa e retorno de produtos destinados à industrialização por encomenda, entretanto, há exceção às operações interestaduais com produtos primários de origem mineral, o que poderia resultar em controvérsia sobre sua aplicação ao gás natural, sendo tal potencial discussão superada pelo Ajuste SINIEF nº 01/21.

O Ajuste SINIEF nº 01/21 ainda estabeleceu o diferimento do ICMS sobre o valor agregado cobrado na industrialização nas operações internas, sendo também recolhido pelo autor da encomenda juntamente com o imposto incidente na saída dos produtos resultantes da industrialização. Essa

medida contribuiu para conferir neutralidade tributária ao processamento, reduzindo complexidades e tornando a atividade menos onerosa.

### III. Mútuos de gás natural não processado e de derivados líquidos de gás natural

O Ajuste também regulamenta o tratamento tributário aplicável às operações de mútuo de (i) gás natural não processado, destinadas a compatibilizar as quantidades alocadas aos autores da encomenda no ponto de entrada com as quantidades efetivamente remetidas; e de (ii) derivados líquidos de gás natural, que se destinam a viabilizar a eficiência logística da UPGN e a formação de lotes de expedição dessas mercadorias. A realização das operações de mútuo é imprescindível à operacionalidade das UPGNs.

A norma é bastante positiva e representa um inovador instrumento jurídico de regulamentação dos aspectos tributários relativos ao processamento de gás natural e busca conferir maior segurança jurídica ao setor, contribuindo para a entrada de novos agentes no mercado e a crescente introdução do gás natural brasileiro na matriz energética do país.

Para fazer jus ao tratamento diferenciado previsto no Ajuste, os contribuintes autores da encomenda e industrializadores devem se credenciar junto às suas respectivas unidades federadas, por meio de manifestação expressa apresentada às Secretarias Estaduais de Fazenda (SEFAZ), em linha com o procedimento já adotado para fins de transporte disciplinado pelo Ajuste SINIEF nº 03/18.

O Ajuste SINIEF nº 01/21 entrou em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

**Diogo Martins Teixeira** é sócio do escritório Machado Meyer Advogados

**Isabela Cantarelli** é advogada do escritório Machado Meyer Advogados

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 21/05/2021



## JORNAL O GLOBO – RJ

### RELATOR DA REFORMA ADMINISTRATIVA RETIRA DO TEXTO CRIAÇÃO DE PRINCÍPIO DE IMPARCIALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO

Segundo parlamentar, texto original, que também incluía na Constituição diretrizes para 'inovação' e 'responsabilidade' poderia criar incerteza jurídica

Por **Fernanda Trisotto**



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24982186-756-08e/FT1086A/xEsplanada-dos-ministerios-1.jpg.pagespeed.ic.BUDn6MhxNb.jpg>

**Maioria dos pedidos de transposição vem de professores e pessoas que ocuparam cargos comissionados em secretarias de estado ou prefeituras** Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

BRASÍLIA – O relator da reforma administrativa, deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou novo parecer em que retira do texto o trecho que cria novos princípios para nortear o serviço público, entre eles o da imparcialidade e o da transparência. Na avaliação do parlamentar, a mudança na Constituição — sem uma regulamentação clara — poderia criar insegurança jurídica sobre as regras do funcionalismo.

Atualmente, os princípios da administração pública são legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Eles não serão modificados. O texto apresentado pelo governo no ano passado incluía nessa lista os seguintes termos: “imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade”

A avaliação do relator é de que ao incluir esses termos na Constituição, outras legislações poderiam ser afetadas pela mudança. É o caso da lei da improbidade administrativa, em que grande parte dos processos estão em cima deste artigo constitucional.

“Tais princípios sem uma regulamentação e sem uma definição clara podem gerar inúmeros processos judiciais por improbidade administrativa pelo simples fato do gestor público não ‘inovar’ em sua tomada de decisões”, escreveu o relator em seu Twitter, sem detalhar que tipo de processo poderia ocorrer.

Para o relator, ainda que o novo texto tenha alguma ligação com o atual, pode vir a gerar mais conflitos e dar margem para ativismo judiciário.

“Portanto, justamente por querer manter a estabilidade nas relações jurídicas, evitando-se a imprevisibilidade nas relações da vida em sociedade e a possível judicialização extremada no âmbito do Poder Judiciário, ante a generalidade dos novos princípios, é que os inadmiti”, justificou.

Além dessa mudança, o relatório já fazia ressalvas a extinção de órgãos por decreto e ao acúmulo de funções.

No caso da alteração que daria mais poder ao presidente da República para mudar a estrutura do Poder Executivo sem aval do Congresso Nacional, permitindo a extinção de órgãos e reorganização de autarquias e fundações por decreto, a avaliação é de que as “entidades desempenham atividades administrativas de forma descentralizada”, não sendo subordinadas a ministérios.

Já em relação ao acúmulo de cargos públicos com outras atividades, que seria proibido aos servidores ocupantes de cargos típicos de Estado – uma modalidade que seria criada com a reforma para garantir estabilidade a determinadas funções públicas – a avaliação foi de que não se pode proibir outro trabalho.

Matos considerou, em seu parecer, que a proposta apresenta pontos polêmicos que terão de ser discutidos na comissão especial. Além disso, deputados articulam incluir membros de poder – como juízes e desembargadores – na proposta.

A votação do parecer já foi adiada duas vezes. Agora, a análise está marcada para a próxima terça-feira.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 21/05/2021*

## **QUASE 40% DA ENERGIA PREVISTA PARA ENTRAR EM OPERAÇÃO ATÉ 2026 DEPENDE DE OBRAS ATRASADAS**

A maior parte dos atrasos está em usinas solares, seguidas por termelétricas. Segundo Aneel, entre os motivos, estão problemas no licenciamento ambiental e impacto da pandemia

*Por Manoel Ventura*

BRASÍLIA - No momento em que o país precisa acionar termelétricas caras e poluentes para garantir o suprimento de eletricidade diante de uma forte seca nos reservatórios de algumas das principais hidrelétricas, parte das obras para ampliar a capacidade instalada do Brasil nos próximos anos está atrasada. Quase 40% da eletricidade prevista para entrar em operação até 2026 depende de obras com execução fora do cronograma.

De toda a capacidade esperada para entrar em operação entre 2021 e 2026, 38% da energia prevista serão gerados por obras cujo cronograma está fora do prazo previsto nos contratos. Os dados são da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento das obras.



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/11977772-e61-a2e/FT1086A/xenergia-rating.jpg.pagespeed.ic.siH4xFEdS-.jpg>

**Quase 40% da energia prevista para entrar em operação até 2026 depende de obras atrasadas Foto: Dado Galdieri / O Globo**

São usinas de biomassa, eólicas, solares e termelétricas, além de algumas pequenas hidrelétricas. A previsão é que entre este ano e 2026 um total de 38,1 mil megawatts (MW) de energia entrem em operação no Brasil. Desse montante, usinas responsáveis por gerar 14,5 mil

MW de eletricidade têm o cronograma de entrega fora dos prazos. A maior parte são usinas solares, seguidas por termelétricas, eólicas e hídricas.

### Licenciamento e recursos

Outros 18 mil MW estão dentro das expectativas da Aneel e mais 5,2 mil MW estão adiantados, de acordo com dados da agência reguladora.

Para efeito de comparação, o país tem hoje capacidade instalada no sistema nacional de energia da ordem de 171 mil MW. Não significa, porém, que toda essa energia pode ser acionada, porque depende da disponibilidade dos recursos, como água, vento, sol, gás e óleo.

Com isso, as obras que constam nos cronogramas da Aneel são necessárias para ampliar a capacidade de geração em 22% num período de seis anos.

O Brasil precisa ampliar sua capacidade de geração de energia para afastar o risco de qualquer desabastecimento durante períodos de crescimento econômico, na avaliação de integrantes do governo. Entre 2021 e 2025, por exemplo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) trabalha com uma média de crescimento anual de 2,8% do PIB.

Historicamente, o consumo de energia cresce um ponto percentual acima do crescimento do PIB. Ou seja, a expectativa é que o consumo de energia suba anualmente em média 3,8% entre este ano e 2025.

Cumprir o cronograma que vai aumentar o volume de energia disponível para operação, cuja maioria são fontes renováveis, evita também saltos nas contas de luz ao longo dos próximos anos. Como ocorre com qualquer produto, a falta da oferta de energia em um cenário de crescimento da demanda tende a elevar preços.

Apesar de os dados da Aneel mostrarem atrasos nas obras, especialistas minimizam os problemas para este ano e dizem que não há risco de faltar energia elétrica. A Aneel informou que os motivos do atraso são problemas no processo de licenciamento ambiental, atraso das obras, dificuldade de viabilizar financeiramente o projeto e também os impactos da pandemia.

A agência reguladora disse que acompanha o andamento das outorgas de geração do setor elétrico e existe previsão de penalidade por atraso no âmbito administrativo e também de acordo com o respectivo edital, a depender da usina.

João Teles, pesquisador sênior da FGV Energia, afirma que as obras apontadas como cronograma atrasado tem alta viabilidade de conclusão.

— Já em 2022, aparecem algumas usinas com características de média viabilidade de conclusão. Esse atraso que se coloca é mais importante a partir do segundo semestre de 2022 — disse ele, acrescentando: — O empreendedor quer colocar em dia a obra, porque ele quer se apropriar dos preços. Ele tem um contrato para seguir.

Claúdio Sales, do Instituto Acende Brasil, afirma que não há maiores preocupações em relação ao que vai entrar em operação em 2021, sendo o risco maior em 2022. Ele lembra que a matriz energética do Brasil é diversificada, e hoje o país tem mais capacidade de gerar energia do que carga para consumi-la.

### **Pior período seco**

O problema é que atravessamos o pior período seco da História, e os reservatórios das hidrelétricas não estão conseguindo se recuperar.



[https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/22114799-207-bf0/FT1086A/x73150023\\_ECO-Itatiaia-RJ-24-11-2017-Reservatorios-baixos-fazem-empresasa-renovar-o-uso-da-agua-Reser-1.jpg.pagespeed.ic.g9LEdoQbYK.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/22114799-207-bf0/FT1086A/x73150023_ECO-Itatiaia-RJ-24-11-2017-Reservatorios-baixos-fazem-empresasa-renovar-o-uso-da-agua-Reser-1.jpg.pagespeed.ic.g9LEdoQbYK.jpg)

*Reservatórios baixos não estão conseguindo se recuperar. Reservatório da barragem de Funil Foto: Custódio Coimbra / Agência O Globo*

Outro ponto levantado por Sales é a concorrência pelo uso de água das hidrelétricas. Ela também é usada para abastecimento, irrigação, navegação e lazer.

— Uma coisa é conjuntural, como atraso. Este ano não tem problema, ano que vem é preciso prestar mais atenção. O grande problema é estrutural — afirma ele. — Temos um estresse causado pela seca extrema e prolongada, pelo crescente uso múltiplo das águas, fazendo que nossos reservatórios fiquem menos eficientes e boa parte dessa energia passe a vir de fontes flexíveis — explicou.

Procurado, o Operador Nacional do Sistema elétrico (ONS) disse que as obras de geração e de transmissão são acompanhadas de perto pela equipe técnica e que mensalmente são realizadas reuniões de monitoramento. O órgão informou que não identifica riscos para a segurança decorrentes de atrasos.

O Ministério de Minas e Energia informou que avalia permanentemente as condições do atendimento eletroenergético, que monitora a expansão do sistema elétrico, considerando em especial os segmentos de geração e transmissão, analisa os balanços entre oferta e demanda de energia e acompanha as atividades de comercialização do mercado.

“No desenvolvimento dessas atividades, são realizados trabalhos, como a realização de leilões de energia, os estudos de planejamento setorial e a criação de instrumentos de estímulo ao setor, os quais permitem concluir pela garantia do suprimento de energia elétrica aos consumidores brasileiros”, diz a pasta.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 21/05/2021*

## **MÉDIA SALARIAL NO PODER JUDICIÁRIO É TRÊS VEZES A REGISTRADA NO EXECUTIVO, DIZ IPEA**

Remuneração é de R\$ 12 mil contra R\$ 4 mil. Estudo mostra ainda que, na comparação com o Legislativo, valor é o dobro

*Por Carolina Nalin*



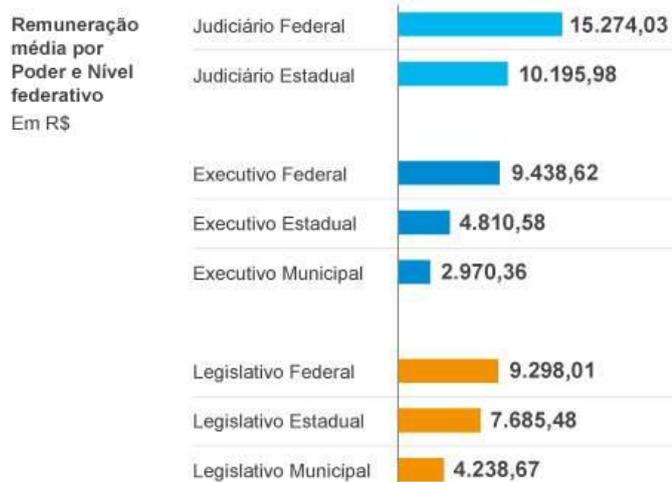
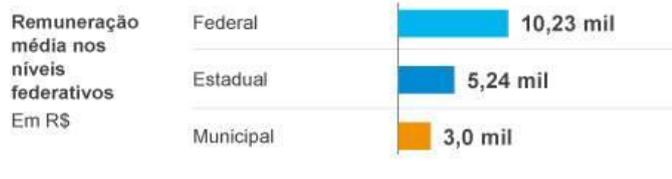
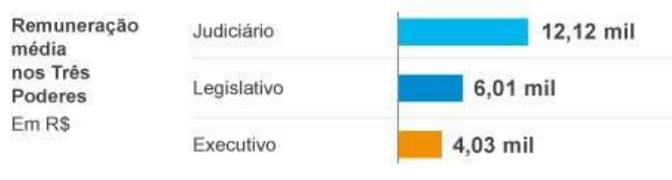
[https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/25006004-561-e49/FT1086A/x91984952\\_PA-Brasilia-BSB-12-03-2021-Fachada-do-STFSupremo-Tribunal-Federal-para-Banco-de-imagens.jpg.pagespeed.ic.Af26JGb8gB.jpg](https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/25006004-561-e49/FT1086A/x91984952_PA-Brasilia-BSB-12-03-2021-Fachada-do-STFSupremo-Tribunal-Federal-para-Banco-de-imagens.jpg.pagespeed.ic.Af26JGb8gB.jpg)

**Média salarial no Poder Judiciário é três vezes a registrada no Executivo, diz Ipea** Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

RIO - A média salarial de servidores do Poder Judiciário é o dobro da registrada no Legislativo e o triplo da observada no Executivo, quando se consideram as três esferas. É o que aponta a nota técnica do Atlas do Estado Brasileiro, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2019. O estudo foi antecipado pelo jornal O Estado de S.Paulo.

Somando os salários nas três esferas — federal, estadual e municipal —, enquanto no Judiciário a remuneração média de servidores e magistrados fica em torno de R\$ 12.115, no Legislativo, ela é de R\$ 6.011 e, no Executivo, de R\$ 4.026.

## Disparidade no serviço público



Fonte: RAIS/ME. Elaboração e cálculos: Atlas do Estado Brasileiro - IPEA. Valores corrigidos para janeiro de 2019, pelo INPC/IBGE.

O GLOBO

acentuou desde 2005.

— Há um claro descolamento do Judiciário dos demais poderes. Mesmo o Legislativo, que tem remunerações mais altas que o Executivo em média, manteve uma remuneração mais estável ao longo do tempo — comenta Lopez.

No âmbito federal, membros do Judiciário ganham, em média, R\$ 15.274, enquanto no Legislativo a média é de R\$ 9.438. Nos estados, a diferença é maior: servidores do Judiciário têm ganho médio de R\$ 10.195, enquanto no Legislativo esse valor é de R\$ 4.810.

O pesquisador Félix Lopez, um dos autores da nota, explica que as médias de remuneração não incluem os salários dos terceirizados, cuja forma de ocupação não é captada pelas bases de dados do governo. Além disso, os valores registrados não incluem os “penduricalhos”, como são chamados os benefícios não salariais.

<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/25027312-603-2e3/FT450A/xmedia-salarial-servico-publico.jpg.pagespeed.ic.8SUNHikwSf.jpg>

Foto: Criação O Globo

No caso de juízes e procuradores, por exemplo, essas complementações fazem com que a remuneração supere o teto salarial de R\$ 39,2 mil, que é o vencimento de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

### Diferença aumentou

Ele lembra ainda que não há Judiciário no nível municipal, o que poderia fazer com que a média salarial diminuísse de forma geral, já que os governos locais pagam menos em relação às outras esferas do poder público. Mesmo assim, explica que a disparidade do Poder Judiciário se

Carreiras bem pagas: Elite dos servidores federais, como auditores e delegados, custa quase três vezes a média dos demais

De acordo com o pesquisador, metade dos servidores do Judiciário nos anos 2000 recebia, em média, R\$ 6.700. Em 2019, essa média salarial passou para R\$ 11 mil.

— No Judiciário federal, 7% dos servidores recebem até R\$ 2.500, enquanto no Executivo municipal o percentual de funcionários com essa remuneração chega a 60%, o que representa seis milhões de servidores. As remunerações mais altas são no nível federal e no Poder Judiciário — acrescenta o pesquisador.

O relatório aponta ainda que, das dez ocupações mais bem pagas no serviço público brasileiro, sete são federais e nove estão no Judiciário ou no Ministério Público. Um procurador de Justiça, a nível estadual, concentra a maior remuneração média do funcionalismo: R\$ 40.039.

### **Municípios pagam menos**

Os padrões se mantêm quando o escopo é ampliado para as 20 carreiras com maiores salários médios em 2018: 65% delas são vinculadas ao Judiciário ou ao MP; 20%, ao Executivo; e 15%, ao Legislativo.

Do outro lado, entre as dez menores remunerações mensais médias do serviço público, sete estão vinculadas à esfera municipal e três à estadual. Um servidor que trabalha como limpador de fachadas, que atua a nível municipal no Poder Executivo, ganha, em média, R\$ 1.164.

Entre as 20 ocupações de menor remuneração, o cenário é similar: 80% estão vinculadas à esfera municipal e 20%, à estadual.

— A massa dos servidores está no município e são professores, profissionais da saúde, da área de assistência social, com remunerações muito baixas. É diferente da imagem que temos quando olhamos a nível federal — diz Lopez.

Os números do Ipea vão ao encontro do debate acerca da reforma administrativa. A PEC 32/190, proposta enviada ao Congresso, inclui servidores do Judiciário e do Legislativo, mas deixa de fora desembargadores, juízes, parlamentares e procuradores.

— Sobretudo agora, com o ambiente de discussão de reforma do setor público, é importante entender a disparidade nas remunerações — afirma o pesquisador.

### **Concentração de renda**

Os números também mostram que, no Judiciário, a concentração de servidores e membros do poder com remuneração alta é maior. Cerca de 48,77% dos trabalhadores no Judiciário federal recebem mais que R\$ 15 mil, enquanto no Legislativo a proporção cai para 21% e, no Executivo federal, para 18%.

No Judiciário estadual, 16,45% dos servidores e membros do Poder recebem mais de R\$ 15 mil, enquanto no Legislativo a proporção é de 15,75% e, no Executivo, de 3,36%.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 21/05/2021*

# O ESTADO DE S. PAULO

## O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA ELEVA PROJEÇÃO DE SELIC MÉDIA EM 2021 DE 2,8% PARA 3,60%

*Por Eduardor Rodrigues, Idiana Tomazelli e Fabrício de Castro*

Brasília - O Ministério da Economia atualizou nesta sexta-feira mais indicadores da grade de parâmetros macroeconômicos utilizados nos cálculos da execução orçamentária de 2021. Os dados estão no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre, divulgado no início da tarde.

A equipe econômica elevou a projeção para a Selic média em 2021 de 2,8% para 3,6%. Há duas semanas, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa básica de juros em 0,75 ponto percentual pela segunda reunião consecutiva, para 3,50% ao ano. O Banco Central já sinalizou nova alta de 0,75 p.p. em junho, para 4,25% ao ano.

Já a projeção do Ministério da Economia para o câmbio médio deste ano passou de R\$ 5,3 para R\$ 5,4.

A previsão para a alta da massa salarial nominal passou de 6,2% para 4,0%.

Já a estimativa para o preço médio do barril de petróleo no mercado internacional passou de US\$ 64,3 para US\$ 65,5.

Na última terça-feira, 18, a equipe econômica divulgou novas projeções para o crescimento da economia neste ano, que foi atualizado de 3,2% para 3,5%. Na ocasião, a projeção oficial para a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 4,42% para 5,05%, enquanto a estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – utilizado para a correção do salário mínimo – passou de 4,27% para também 5,05%.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 21/05/2021*

## **PETROBRAS DISCUTE VENDER FATIA NA BR AINDA ESTE ANO POR MAIS DE R\$8 BI**

*Por Rodrigo Viga Gaier*

RIO DE JANEIRO (Reuters) –A Petrobras pretende vender toda a sua participação remanescente na BR Distribuidora ainda este ano, em uma operação que pode render mais de 8 bilhões de reais, disseram à Reuters três fontes com conhecimento do assunto.

O desinvestimento na BR, com potencial de ser um dos maiores do ano, e a política de preços que segue paridade –mas evita repassar volatilidade do mercado de petróleo aos preços internos– estão entre os temas que recebem atenção do presidente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, que completou nesta semana um mês à frente da petroleira.

Na Petrobras, as discussões em andamento apontam para posição favorável a uma venda integral da fatia de 37,5% na maior distribuidora de combustíveis do Brasil, o que confirma que o novo CEO está alinhado com desinvestimentos, segundo as fontes, que falaram na condição de anonimato.

A BR também já tomou conhecimento do interesse da Petrobras, e houve contatos entre Luna e o presidente da distribuidora Wilson Ferreira Jr.

“A intenção é fazer ainda este ano dentro dos ritos necessários. O assunto está em plena discussão. Mas a ideia é vender tudo”, disse uma das fontes.

“A Petrobras quer vender tudo e foram encomendados os estudos numéricos com cenários para ser tomada a melhor decisão”, adicionou uma segunda fonte.

Uma reunião para tratar do assunto deve acontecer ao longo das próximas semanas, disseram as pessoas a par do tema.

Procurada, a Petrobras não comentou imediatamente. A BR disse que o assunto deve ser tratado com a Petrobras.

Luna e Ferreira já atuaram juntos em Itaipu, quando o presidente da BR estava no conselho da usina binacional enquanto o CEO da Petrobras era o chefe executivo da hidrelétrica.

Análises técnicas em andamento vão embasar junto ao conselho a venda da participação na BR, segundo as fontes, que disseram que estimativas iniciais apontam que a Petrobras poderia faturar ao menos cerca de 8 bilhões de reais com a venda total dos papéis na BR.

“É uma operação vultuosa, podendo chegar a 8 bilhões, e com isso pode cair bem a dívida da companhia”, disse a segunda fonte.

Questionadas sobre quando a negociação poderia ser concluída, ambas disseram que a intenção é que ela seja finalizada este ano.

Mas é “preciso aguardar o melhor momento para fazer o melhor negócio.

Esta seria a terceira grande venda de ações da BR Distribuidora pela Petrobras.

“A venda (plena) consolida a BR como ‘corporation’; ela sem acionista de referência e sem acionista com mais de 4%”, afirmou uma terceira fonte.

Essa pessoa também confirmou que as discussões sobre a venda do ativo estão avançando.

“Já houve contato e, se eles quiserem vender, a operação é muito rápida: máximo 40 dias”, destacou a fonte.

“A BR é um grande negócio e hoje vale (essa fatia da Petrobras) mais de 10 bilhões de reais”, afirmou a terceira fonte.

Segundo esta pessoa, faz “todo sentido” vender porque a ação já passou de 25 reais, ante máxima histórica de quase 28 reais, em fevereiro de 2020.

“A dívida da Petrobras é em dólares, e o dólar está caindo. Então se ele quer quitar mais dólares, melhor vender agora que a BR atingiu um de seus maiores valores em reais, e ele tem a oportunidade de vender e converter para um valor maior em dólares porque o câmbio caiu”, complementou.

A dívida líquida da companhia somou 58,4 bilhões de dólares no fim de março, ante 63,2 bilhões de dólares um ano antes.

Ao final do ano passado, ao divulgar novas informações sobre desinvestimentos, a meta de vendas de ativos da Petrobras aumentou para até 35 bilhões de dólares, até 2025, com a inclusão da BR e da petroquímica Braskem no programa.

### **PREÇOS**

De forma discreta, a Petrobras já iniciou uma nova estratégia para o ajuste nos preços dos combustíveis, confirmaram as fontes.

No primeiro mês à frente da estatal, o novo presidente indicado por Jair Bolsonaro promoveu apenas uma mudança nos preços dos combustíveis.

No começo de maio, a empresa anunciou uma redução de 6 centavos no preço do diesel nas refinarias e de 5 centavos no litro da gasolina.

A política de paridade de preços internacionais, que leva em consideração as variações do dólar e o barril de petróleo no mercado internacional, não foi abandonada, de acordo com as fontes.

Mas a orientação é evitar o frequente sobe e desce de preços. Tal volatilidade é considerada prejudicial para a imagem da empresa.

“A paridade não está sendo deixada de lado, mas a orientação dada às áreas técnicas é que tentem diferenciar o que é um movimento conjuntural e passageiro do que é estrutural”, disse a primeira fonte.

“Para mexer no preço tem que haver uma justificativa estrutural”, complementou.

“Se for uma subida de verdade que veio para ficar, a Petrobras ajusta o preço. Mas se foi algo que vai e vem, não faz. As equipes olham os movimentos todos os dias, mas não vai ficar no sobe e desce... Talvez seja uma forma mais flexível de aplicar a paridade, ou melhor, uma forma menos imediata de aplicar”, concordou a segunda fonte.

O presidente Bolsonaro anunciou a troca do comando da Petrobras, com o fim do mandato do economista Roberto Castello Branco, devido a descontentamentos com a política de preços da estatal na administração anterior.

Em meados de maio, o diretor-executivo de Comercialização e Logística, Cláudio Mastella, disse que a nova gestão da Petrobras manteve a maneira de gerenciar ajustes de preços do combustíveis e busca praticar valores em níveis competitivos, evitando repassar volatilidade internacional ao mercado interno.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 21/05/2021*

## PR COLOCARÁ 3.327 KM DE RODOVIAS À DISPOSIÇÃO PARA CONCESSÕES

*Por Elisa Calmon - Do Estadão Conteúdo, em São Paulo*



[https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/01/2020/05/12/ratinho-junior-1589308478337\\_v2\\_900x506.jpg.webp](https://conteudo.imguol.com.br/c/noticias/01/2020/05/12/ratinho-junior-1589308478337_v2_900x506.jpg.webp)

*O anúncio das concessões foi feito pelo governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD)*  
*Imagem: Reprodução/Instagram*

O governo do Estado do Paraná colocará 3.327 quilômetros de rodovias à disposição do mercado para concessões. O anúncio foi feito nesta sexta-feira pelo governador Ratinho Junior em coletiva de imprensa promovida para

anunciar os avanços no setor.

De acordo com o governador, o modelo de concessão elaborado para as rodovias paranaenses será o maior projeto de infraestrutura da América Latina. “Serão R\$ 42 bilhões em investimentos em seis ou sete anos. Prevemos 1.800 km de duplicação, investindo cerca de R\$ 5 bilhões por ano”, informou.

O político destacou ainda a participação de diferentes entidades civis para elaboração da projeto. “Tivemos uma intensa participação da população, foram mais de 5 mil contribuições, sugestões para que a gente pudesse achar o melhor modelo”, disse.

O tempo de estudo do modelo de concessão também foi mencionado pelo governador do Paraná. “Estamos há mais de dois anos buscando uma melhor solução para concessões, porque o Paraná tinha um histórico muito ruim de pedágios. Chegamos a um modelo que garanta muitas obras para o Estado, mas ao mesmo tempo, buscamos um equilíbrio entre as tarifas”, afirmou Ratinho Junior.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*  
*Data: 21/05/2021*

## FIM DE SUBSÍDIOS PROVOCA CORRIDA POR NOVAS LICENÇAS PARA ENERGIA EÓLICA E SOLAR

Entre setembro passado e março deste ano, número de pedidos saltou para 1.886 empreendimentos, o dobro do total registrado nos 6 meses anteriores; desconto de 50% nas tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição acaba em março de 2022

*Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo*

O fim dos subsídios para a energia eólica e solar, previsto para março de 2022, tem provocado uma corrida para aprovar novos projetos dentro do prazo e manter os descontos. Dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que o número de pedidos de outorga após a publicação da Medida Provisória 998, em setembro do ano passado, mais que dobrou em relação ao período anterior.

Entre janeiro e agosto de 2020, antes da MP, foram feitos pedidos para 931 projetos, equivalentes a 41 mil megawatts (MW). A partir de setembro até março deste ano, o número saltou para 1.886 empreendimentos, com capacidade para 85 mil MW. Segundo a Aneel, esse volume de energia é praticamente a mesma potência dos pedidos emitidos entre os anos de 2015 e 2019, de 90 mil MW. No caso das eólicas, o número de projetos aumentou 184% e o de solares, 76%, com capacidade de 27 mil MW e 57 mil MW, respectivamente.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/2/1/1621566670812.jpg>

*Parque eólico na praia de Tourinhos, em São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte: modelos híbridos devem ganhar mais espaço. Foto: JF Diorio/Estadão*

Os subsídios que vão acabar no ano que vem foram criados em 2006 para impulsionar e incentivar o desenvolvimento das fontes renováveis. Trata-se de um desconto de 50% nas tarifas de uso do sistema de transmissão (Tust) e de distribuição (Tusd), bancado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e repassado

para todos os brasileiros. A partir de março de 2022, os novos projetos autorizados não terão mais esse desconto, conforme a MP transformada na Lei 14.120 neste ano.

“Não acredito que a mudança vá desestimular novos investimentos. O que vai ocorrer é que a régua estará em outro patamar”, diz a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum. Além disso, diz ela, desde 2013 os leilões são feitos por fonte de energia. “Em tese, esse modelo de contratação já elimina a necessidade de subsídio.”

Nos últimos dez anos, a energia eólica teve um crescimento exponencial no Brasil. Saiu de 1.524 megawatt (MW) para 18.620 MW neste ano. O avanço é resultado de investimentos bilionários em novos parques eólicos espalhados pelo País, sobretudo no Nordeste. Entre 2011 e 2020, foram injetados no setor US\$ 35,8 bilhões (R\$ 189 bilhões pelo dólar de ontem). E o número não deve parar por aí.

Sem considerar os pedidos de outorga na Aneel, há cerca de R\$ 24 bilhões em projetos eólicos em construção e outros R\$ 48,5 bilhões já contratados. Ou seja, são pelo menos R\$ 72 bilhões de investimentos nos próximos anos. “A eólica teve um forte crescimento nos últimos dez anos, mas a expansão nos próximos dez anos será ainda mais expressiva”, diz Elbia, destacando que hoje a fonte já representa 10,6% da matriz elétrica brasileira.

No caso da energia solar (1,8% da matriz), as previsões vão no mesmo caminho. A potência instalada – que inclui grandes usinas e a microgeração – subiu de 93 MW, em 2016, para 8.813 MW

em abril deste ano, resultado de R\$ 46 bilhões de investimentos. Só para este ano, a previsão da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) é que o setor receba cerca de R\$ 22 bilhões de novos investimentos.

Sobre o fim dos subsídios, o presidente da associação, Rodrigo Sauaia, afirma que ainda não é possível saber se o apetite dos investidores continuará no mesmo nível de agora. “Isso porque dependerá de regulamentação da lei e de alguns benefícios criados para as fontes renováveis”, diz ele, referindo-se aos ganhos ambientais. Ele destaca ainda que o setor aguarda votação de um projeto de lei que vai definir sobre cobranças na geração de quem tem painéis solares em casa, indústrias ou residências. “Dependendo do que for definido, nesse caso pode, sim, comprometer os investimentos.”

O professor da UFRJ Nivalde de Castro, coordenador geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), discorda. Para ele, não faz o menor sentido manter esse subsídio cruzado. “Se quem coloca o painel em casa não paga pelo uso da rede, os demais consumidores terão de pagar por ele.” Para Castro, as fontes eólicas e solares continuarão atraindo investidores, já que são as fontes mais competitivas do mercado.

Hoje, a eólica e a solar estão entre as fontes mais baratas do País. No primeiro leilão realizado em 2009, o MWh da eólica custava R\$ 278,9. Com o passar dos anos, o amadurecimento da indústria no País e novas tecnologias, o preço despencou para R\$ 107,1 o MWh, valor do último leilão realizado em 2019. No caso da solar, saiu de US\$ 103 o MWh (R\$ 575 pelo dólar de ontem) para US\$ 20,33 (R\$ 107).

Mas há outro fator ainda mais importante para a expectativa de crescimento dessas fontes de energia no País: a escalada da importância do ESG (sigla em inglês para ações nas áreas ambiental, social e de governança). “Há uma forte tendência para contratar energia verde e isso estimula contratos bilaterais”, afirma o professor e coordenador geral do Gesel. O movimento tem atraído até grupos da área de óleo e gás.

### Modelo híbrido

Para especialistas, a tendência é que a expansão das eólicas ocorra por meio de novos modelos. A sócia da KPMG Cristiane Azevedo conta que, atualmente, os investidores têm se interessado por modelos híbridos que envolvem a energia eólica e solar num mesmo espaço. “Esse tipo de projeto dá uma eficiência maior, já que produz tanto durante o dia como à noite.”

A presidente da Abeeólica confirma a tendência e diz que a Aneel colocou em consulta pública nova regulamentação para esse tipo de projeto. Hoje, explica ela, cada fonte exige uma rede de transmissão específica. Com a regulamentação, poderia usar a mesma, promovendo ganhos de escala e escopo.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 21/05/2021*

## ECONOMIA VÊ ESPAÇO DE R\$ 4,8 BILHÕES NO ORÇAMENTO E PODERÁ DESAFOGAR MINISTÉRIOS

Segundo a pasta, reavaliação abre caminho para a redução do bloqueio no Orçamento, hoje em R\$ 9,3 bilhões, para R\$ 4,521 bilhões; folga foi identificada após a revisão em gastos obrigatórios, como seguro-desemprego e subsídios

*Por Eduardo Rodrigues, Idiana Tomazelli e Fabrício de Castro, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O Ministério da Economia confirmou nesta sexta-feira, 21, um espaço adicional de R\$ 4,8 bilhões no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação, o que vai ajudar a desafogar ministérios que estão hoje com gastos comprimidos, muitos sob risco de um apagão no segundo semestre do ano.

Esse espaço no Orçamento permite elevar o gasto em determinados ministérios sem descumprir as regras fiscais. Essa possibilidade foi identificada após a revisão em gastos obrigatórios, como seguro-desemprego e subsídios. Na quinta-feira, 29, o Estadão/Broadcast antecipou que essa reavaliação ficaria em cerca de R\$ 4 bilhões.

Segundo o Ministério da Economia, a reavaliação abre caminho para a redução do bloqueio no Orçamento, hoje em R\$ 9,3 bilhões, para um montante menor, de R\$ 4,521 bilhões.

O secretário especial de Fazenda do ministério, Bruno Funchal, explicou que a Junta de Execução Orçamentária (JEO) ainda vai definir quais ministérios e órgãos serão beneficiados pela liberação de R\$ 4,8 bilhões no Orçamento.

"O relatório traz o espaço para rever o montante bloqueado. A JEO debaterá e irá direcionar as prioridades com base no espaço que foi liberado", afirmou em entrevista coletiva. Questionado sobre a liberação de recursos para o Censo Demográfico, Funchal lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a realização do trabalho pelo IBGE em 2022, portanto, o foco neste ano deverá ser a preparação desse processo.

O secretário de Orçamento Federal, Ariosto Culau, disse que o governo tem até o fim de maio para definir o destino da liberação dos recursos. "Os próximos dias serão suficientes para o governo tenha essas definições prontas."

As novas projeções apontam um gasto R\$ 1,322 bilhão menor com abono salarial e seguro-desemprego. Como antecipou a reportagem, o lançamento do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato permitiu a redução dos gastos com o seguro, uma vez que o número de demissões tende a ser menor. Além disso, o benefício emergencial (BEm), pago para compensar a redução salarial no programa, é bancado com crédito extraordinário, fora do teto de gastos (regra que limita o avanço das despesas à inflação).

Houve ainda redução nas previsões de gastos com subsídios e subvenções (R\$ 848,8 milhões), subsídios aos fundos constitucionais (R\$ 1,39 bilhão), compensação ao INSS pela desoneração da folha (R\$ 933,2 milhões) e outras despesas (R\$ 798,3 milhões). Por outro lado, cresceu em R\$ 556,8 bilhões a projeção de despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

O relatório do ministério também incorporou uma redução de R\$ 19,8 bilhões nas despesas discricionárias, que incluem custeio e investimentos, decorrente do veto presidencial ao Orçamento. O presidente Jair Bolsonaro precisou vetar dotações orçamentárias para desfazer a "maquiagem" imposta pelos congressistas, que cortaram artificialmente despesas obrigatórias para turbinar obras e emendas.

Com isso, as despesas discricionárias do Poder Executivo caíram de R\$ 139,141 bilhões no relatório extemporâneo de abril para R\$ 119,346 bilhões no documento divulgado nesta sexta. Já as despesas obrigatórias passaram de R\$ 1,491 trilhão para R\$ 1,501 trilhão. A despesa total passou de R\$ 1,631 trilhão para R\$ 1,620 trilhão.

Ainda de acordo com o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º bimestre, a projeção da equipe econômica para as receitas primárias totais da União neste ano passou de R\$ 1,643 trilhão para R\$ 1,752 trilhão. A revisão, segundo o governo, é fruto da melhora da atividade econômica. A estimativa para a receita líquida - livre de transferências para os governos regionais - passou de R\$ 1,345 trilhão para R\$ 1,433 trilhão neste ano.

Com a melhora da arrecadação, o rombo nas contas deve ser menor que o projetado inicialmente. O déficit é calculado em R\$ 187,7 bilhões, menor do que a meta, que permite resultado negativo de até R\$ 247,1 bilhões.

Para além dessa meta e dos limites do teto de gastos, o governo está autorizado a gastar R\$ 68,932 bilhões com o auxílio emergencial, medidas de proteção ao emprego e recursos extras para a saúde sem que isso seja contabilizado na meta fiscal.

Ao todo, os créditos extraordinários da pandemia subiram R\$ 11,748 bilhões, para um total de R\$ 99,495 bilhões neste ano.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 21/05/2021*

## **TCU SE ABSTÉM EM ANÁLISE SOBRE RECEITA E COBRA LIBERAÇÃO DE DADOS PARA FISCALIZAÇÃO**

Dificuldade de acesso a informações levou o TCU a se abster de opinar sobre a confiabilidade dos dados da administração tributária do País

*Por Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou ao Ministério da Economia que elabore um plano de compartilhamento de dados da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para permitir a fiscalização desses órgãos pelos auditores da corte de contas. A dificuldade de acesso a essas informações levou o TCU a se abster de opinar sobre a confiabilidade e a transparência dos dados da administração tributária do País. No rito do tribunal, uma abstenção é considerada algo grave e é um passo anterior à rejeição das contas apresentadas.

Também foi determinado ao Ministério da Economia que apresente, em até 180 dias, um plano que contemple diretrizes, metas e meios de monitoramento de projetos voltados à efetiva desburocratização do cumprimento das obrigações tributárias e previdenciárias.

As decisões foram tomadas no âmbito de auditorias financeiras que compõem a análise do Balanço Geral da União e servirão de subsídio à emissão de parecer prévio sobre as contas de governo de 2020. O descumprimento de uma determinação do TCU pode acarretar multa e até afastamento do gestor responsável. A recomendação pode ou não ser cumprida pelo órgão fiscalizado.

Os processos eram relatados pelo ministro Bruno Dantas, que está em período de férias. Por isso, os votos foram apresentados pelo ministro-substituto Augusto Sherman na sessão de quinta-feira, 20, do TCU e aprovados pelo plenário.

A conclusão da corte de contas é de que houve limitações relevantes ao trabalho dos editores e necessidade de aprimoramento nas estimativas. Como os auditores não conseguiram coletar evidências suficientes para analisar o trabalho dos órgãos fiscalizados, o voto foi pela abstenção.

Em 2019, a Advocacia-Geral da União (AGU) emitiu um parecer vinculante para permitir o compartilhamento de dados da Receita Federal sem que isso caracterizasse quebra de sigilo fiscal. O acesso é restrito e o sigilo também é compartilhado, ou seja, os auditores têm acesso aos dados e ficam responsáveis por mantê-los em segredo.

Com esse parecer, órgãos de controle teriam pela primeira vez acesso aos parâmetros e filtros usados pela Receita Federal para calcular indicadores ou identificar potenciais irregularidades e alvos de suas fiscalizações. Os auditores não podem revelar os critérios adotados pelo Fisco, mas têm a possibilidade de analisar e divulgar se eles são justos ou se há algum viés tendencioso.

Mesmo com esse parecer, diversas barreiras operacionais foram relatadas pelos auditores do TCU no acesso aos dados e aos sistemas dentro do "ambiente seguro e controlado", constituído para permitir o compartilhamento com segurança. Um dos acessos para a auditoria dos dados de 2020 foi solicitado em ofício de 23 de outubro do ano passado. A primeira resposta da Receita, enviada em novembro, exigiu novos procedimentos dos auditores. Até 20 de janeiro de 2021, o acesso ainda não havia sido disponibilizado, embora o próprio Fisco tenha declarado que a habilitação foi concedida em 15 de janeiro.

No relatório, a área técnica relata inclusive que um auditor da equipe “foi várias vezes fisicamente à sala de auditoria para tentar acessar os sistemas, mas sem sucesso”.

O mesmo ocorreu com as informações necessárias para avaliar o sistema de classificação de risco da PGFN, que usa critérios próprios (e sigilosos) para conferir uma nota (rating) aos débitos inscritos na Dívida Ativa da União. O tribunal precisa avaliar esses quesitos porque a parcela “recuperável” da dívida é contabilizada como um ativo da União e um cálculo impreciso poderia inflar o balanço. Além disso, análises preliminares identificaram uso de dados defasados.

No caso da PGFN, o órgão contatou o TCU em 4 de março de 2021 para verificar se o acesso aos dados havia sido viabilizado. Mas o prazo da auditoria foi encerrado antes, em 28 de fevereiro.

“Sem a tempestiva solução dessas limitações, não restou alternativa à equipe de auditoria a não ser propor abstenção de conclusão quanto às informações referentes à Administração Tributária registradas nas Demonstrações Contábeis do Ministério da Economia do ano de 2020”, diz a área técnica. “Ainda existem muitas limitações de caráter operacional que precisam ser sanadas para os auditores realizarem a auditoria financeira devidamente.”

Os auditores ainda justificaram a relevância de sanar o problema, dados os valores envolvidos e o elevado risco trazido por eventual distorção. Os créditos tributários com exigibilidade suspensa (por processos administrativos ou judiciais) somam R\$ 1,54 trilhão, os créditos a receber somam R\$ 363 bilhões e as receitas com impostos e contribuições passam de R\$ 1,3 trilhão. Na PGFN, por sua vez, a dívida ativa chega a R\$ 2,5 trilhões.

No parecer, o relator ressaltou ainda que a resolução da “etapa jurídica” de garantia de acesso não é suficiente por si só para garantir que os órgãos da administração tributária sejam plenamente auditáveis e resolvam eventuais problemas. No processo, foi citado o exemplo do Department of Defense (DoD), o equivalente ao Ministério da Defesa nos Estados Unidos, que demorou oito anos para abrir seus dados às autoridades de controle e ser plenamente auditável e 17 anos para deixar de receber apontamentos sobre suas fragilidades.

A solução dos órgãos americanos foi estabelecer um plano com marcos e datas definidas e o passo-a-passo para se alcançar os objetivos. “O DoD recebe abstenção de opinião desde o início da auditoria financeira”, afirmaram os técnicos.

“Um plano similar é o instrumento principal para solucionar as causas da abstenção de conclusão proposta no presente relatório e caminhar rumo à opinião não modificada. As três últimas auditorias financeiras no âmbito da administração tributária resultaram em abstenção de conclusão. Possivelmente ainda serão necessários alguns anos até que a RFB viabilize a avaliação de controles, por meio de etapas a serem cumpridas, e as barreiras operacionais sejam superadas para que seja possível emissão de conclusão quanto às demonstrações da RFB, da PGFN e do CARF”, diz o parecer da equipe de auditoria.

### **Problemas no INSS**

Em outro processo, que auditava os dados do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), responsável pelos benefícios do INSS, os auditores também apontaram uma série de fragilidades que impediram a análise mais aprofundada das demonstrações financeiras. A opinião também foi pela abstenção.

O trabalho do TCU permitiu identificar as seguintes falhas de controle: ausência de informações sobre estoque de processos em apuração sobre pagamento de benefícios com indícios de irregularidade; deficiências de informações na contabilização das operações da compensação previdenciária (entre União, Estados e municípios); deficiências no registro contábil dos bens imóveis do FRGPS; deficiências na prestação de contas quanto à arrecadação da receita do RGPS; e deficiências no acompanhamento da arrecadação de receitas e da administração dos créditos tributários vinculados ao RGPS.

Como os ativos em discussão representam 85,97% do valor do patrimônio atual do fundo do RGPS, a opinião dos técnicos foi pela abstenção de opinião sobre a confiabilidade e a transparência das informações registradas. Para sanar os problemas, o TCU fez uma série de recomendações ao INSS para aprimorar os registros contábeis desses valores.

### O que diz o Ministério da Economia

Procurado, o Ministério da Economia disse que o governo editou decreto em 21 de janeiro de 2020 para estabelecer as regras de compartilhamento de dados da Receita com o TCU e iniciou, no mês seguinte, as tratativas com os órgãos de controle para efetivar a medida. O convênio, segundo a pasta, foi efetuado em 23 de novembro de 2020. Por fim, a norma interna da Receita que abre caminho ao repasse dos dados foi publicada em 22 de janeiro deste ano.

"Com o novo arcabouço normativo e o convênio firmado com o TCU, estão dadas as condições necessárias para que o TCU exercite o acesso às informações e dados, de acordo com as prioridades e escopo que venham a ser definidos pelo referido órgão de controle", disse a pasta, ressaltando que o acesso dependerá "do gradual amadurecimento dos próprios auditores dos órgãos de controle" em relação ao "novo padrão de interação e acesso".

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 21/05/2021*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### PRODUTORES AMEAÇAM PARALISAR EMBARQUE DE GRÃOS

Representantes do agronegócio se opõem à decisão do governo de suspender exportações de carne, anunciada nesta semana

*Por Fernanda Pressinott — De São Paulo*

O presidente da Confederação Rural Argentina (CRA), Jorge Chemes, afirmou ao jornal "La Nacion" que, se o governo mantiver as restrições às exportações de carne bovina, na segunda ou na terça-feira da semana que vem, os embarques de grãos serão paralisados. A Mesa de Enlace, que reúne as principais entidades agrícolas do país, já decidiu paralisar até o dia 28 a comercialização de gado no mercado doméstico.

"Há muitos produtores rurais e pecuaristas que pedem a adesão dos produtores de grãos. Não temos nenhum problema em fazer isso", disse Chemes ao jornal, afirmando que o diálogo com o segmento de grãos está em curso.

O governo do presidente Alberto Fernández bloqueou as exportações argentinas de carne bovina por 30 dias, exceto no caso de algumas cotas específicas como a Hilton, de cortes nobres destinados à União Europeia. "Caso o governo não reverta a decisão, mais setores serão incorporados à medida de força", acrescentou o representante do agronegócio.

A Mesa de Enlace aguarda os resultados da reunião que será realizada entre Matías Kulfas, Ministro do Desenvolvimento Produtivo, e membros do Conselho Agroindustrial Argentino (CAA) e da cadeia da carne.

"Propomos que a partir de segunda-feira (a greve) seja estendida à comercialização de grãos", afirmou ao "La Nacion" Horacio Salaverri, presidente da Confederação das Associações Rurais de Buenos Aires e La Pampa (Carbap).

A Argentina é um importante exportador mundial de grãos e biodiesel, sendo o terceiro no comércio internacional de soja e o primeiro na venda de óleo e farelo. De acordo com a Câmara da Indústria do Petróleo da República Argentina (CIARA) e Centro Exportadores de Cereais (CEC), entidades que representam 48% das exportações argentinas, a receita cambial acumulada da agroexportação nos primeiros quatro meses deste ano atingiu US\$ 9,8 bilhões, um recorde para o período desde 2016.

A Bolsa do Rosário destaca que as vendas do complexo soja no primeiro quadrimestre foram as maiores da história. Só as de óleo cresceram 134% em receita, na comparação anual, as de farinha dobraram e as de biodiesel aumentaram 24%.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 21/05/2021*

## COAMO TIRA DO PAPEL PRINCIPAIS PROJETOS PLANEJADOS PARA 2021

No total, investimentos deverão somar ao menos R\$ 425 milhões no ano

*Por Fernando Lopes — De São Paulo*



[https://s2.glbimg.com/hN7hGzYsfilDdd8MejIDqh-oNJ2s=/984x0/smart/filters:strip\\_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal\\_photos/bs/2021/j/b/BBMHNGTdmAMZFN8dEoQ/foto21agr-201-coamo-b11.jpg](https://s2.glbimg.com/hN7hGzYsfilDdd8MejIDqh-oNJ2s=/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/j/b/BBMHNGTdmAMZFN8dEoQ/foto21agr-201-coamo-b11.jpg)

*Airton Galinari, presidente-executivo da Coamo: aportes de mais de R\$ 400 milhões — Foto: Divulgação*

A paranaense Coamo, maior cooperativa agrícola da América Latina, com receita líquida de R\$ 20 bilhões em 2020, começou a tirar do papel seus principais novos projetos planejados para este ano, que fazem parte de um pacote de investimentos que deverá alcançar pelo menos R\$ 425 milhões.

De acordo com Airton Galinari, presidente-executivo da Coamo, já começaram os trabalhos no terreno onde será construída a nova fábrica de rações do grupo em Campo Mourão, município paranaense onde está sua sede.

Orçada inicialmente em cerca de R\$ 80 milhões, a unidade deverá exigir um aporte total da ordem de R\$ 100 milhões, segundo Galinari, em razão da alta dos preços de materiais como aço, cobre e cimento.

As obras deverão ser concluídas no quarto trimestre de 2022, e a fábrica terá capacidade de produção de 200 toneladas de rações por ano, destinadas a bovinos, suínos, aves, peixes e pets. Cerca de 70 empregos diretos serão criados na fase operacional.

Também foram adquiridas as áreas onde serão instalados dois novos entrepostos de grãos da Coamo em Mato Grosso do Sul, nas cidades de Ponta Porã e Rio Brilhante.

Serão investidos aproximadamente R\$ 100 milhões em cada entreposto. Cada um deles terá capacidade para armazenar 200 mil toneladas, além de estruturas de distribuição de insumos, lojas e outros serviços. Galinari afirmou que os novos entrepostos deverão estar prontos para operar na temporada 2022/23.

Ainda de acordo com o executivo, também estão em andamento as obras no segundo terminal da Coamo no porto de Paranaguá, este próprio - o primeiro é arrendado. Nesse projeto os investimentos, que começaram no ano passado, chegam a R\$ 200 milhões, e a meta é que o terminal inicie as atividades entre setembro e outubro deste ano.

Já a usina de etanol de milho que vem sendo gestada pela cooperativa segue na fase de estudos de viabilidade. Mas Galinari garante que os planos estão de pé. Tudo indica que a unidade custará de R\$ 600 milhões e R\$ 650 milhões, e processará 2 mil toneladas por dia do cereal.

“E temos outros investimentos menores em curso, como a modernização e ampliação de nossa fiação de algodão e a melhorias nas indústrias de Paranaguá e Campo Mourão”, disse Galinari.

Embora o clima esteja prejudicando a produção de soja e milho na área de atuação da Coamo nesta safra 2020/21, os elevados preços desses grãos deverão ajudar a receita líquida da cooperativa a alcançar pelo menos R\$ 24 bilhões em 2021.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 21/05/2021



## G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

### COM PANDEMIA E CHINA, CONSUMO DE CARNE NO BRASIL CAI AO MENOR NÍVEL EM 25 ANOS

A presença da carne na mesa do brasileiro caiu 14% em 2021 na comparação com 2019, antes do novo coronavírus.

Por Reuters

Na pandemia, consumo de carne bovina entre brasileiros caiu para o menor nível em 25 anos, de acordo com dados do governo, que calcula a disponibilidade interna do produto subtraindo o volume exportado da produção nacional.

Não bastasse a perda de renda da população, os preços de cortes bovinos dispararam, na esteira de valores recordes da arroba do boi gordo, limitando o consumo interno, enquanto a China importa como nunca carnes do Brasil.

Agora, cada brasileiro consome 26,4 quilos desta proteína ao ano, queda de quase 14% em relação a 2019, quando ainda não havia crise sanitária. Este é o menor nível desde 1996, início da série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Só nos primeiros quatro meses do ano, o consumo per capita de carne bovina caiu mais de 4% em relação a 2020, estima a Conab.

***"A questão da pandemia trouxe desemprego e perda de renda", disse à Reuters Guilherme Malafaia, pesquisador do setor de bovinos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "Isto empobreceu a população e também gerou perda de poder aquisitivo, enfraquecendo o consumo interno da proteína."***

A alta da carne bovina levou o brasileiro a procurar opções mais baratas, incluindo frangos e suínos. Além disso, o consumo de ovos, que o Brasil quase não exporta, chegou ao maior nível em 20 anos.

Enquanto o Brasil fica mais pobre, uma doença que dizimou boa parte do rebanho suíno da China diminuiu a oferta de carne naquele país, levando-o a importar mais proteína de outros lugares.

Isto ajudou a fomentar uma inflação global dos alimentos, que também assola o Brasil.

Sergio de zen, diretor de política agrícola da Conab, disse à Reuters que o mundo todo está pagando mais por comida. Ele acrescentou que a moeda fraca castiga o Brasil em especial, pois o câmbio desvalorizado aumenta os custos de produção aqui.

De acordo com o IBGE, o preço das carnes em geral subiu 35% no país nos 12 meses até abril, mais que cinco vezes o próprio IPCA no período.

No caso da arroba do boi, o preço subiu mais de 50% na comparação com o mesmo período de 2020, operando atualmente em cerca de 305 reais, um pouco abaixo da máxima história registrada em 2021, segundo dados do Cepea.

Os frigoríficos lidam ainda com uma cíclica diminuição da oferta de animais para abate.

### **Mais ovos na mesa**

Com a alta das carnes, algumas famílias agora comem mais ovos.

De olho na nova clientela, há maior procura por material genético para produzir ovos em pequena escala e vendê-los nas grandes cidades, diz Marcelo Miele, pesquisador para aves e suínos da Embrapa.

O preço do ovo não subiu como o do frango, cuja alta ficou em linha com a inflação de alimentos; e muito menos que o do suíno, que subiu bem acima dos alimentos por causa de um aumento da exportação para China, disse Miele.

No lado da oferta, a alta do preço das carnes no Brasil também reflete maiores custos de produção.

Para as empresas, a escassez de bovinos para abate causa uma ociosidade na indústria que seria entre 35% e 40%, estima Malafaia, com reflexos no suprimento doméstico. Se a empresa tem autorização para exportar, a preferência é abater e vender a clientes como a China, que pagam em dólares e cobrem os custos, disse.

Já do lado das aves e suínos, o vilão é o milho, que dobrou de preço no último ano e é o mais importante componente da ração. Mas mesmo com custos mais altos, os produtores de frango e suínos conseguiram aumentar a disponibilidade interna dos dois tipos de proteína.

Houve alta de 5% no consumo per capita de suínos e 6% no de frango em 2020, parte disso impulsionado pelo auxílio emergencial, disse Miele, citando dados da indústria e do IBGE.

"Com a pandemia, pensamos que haveria problemas de ruptura da cadeia", disse Miele referindo-se a frangos e suínos. "Mas pelo que aparece na estatística de consumo per capita, não foi isto que aconteceu."

*Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP*

*Data: 21/05/2021*



**AGÊNCIA BRASIL - DF**

**COVID-19: JAPÃO APROVA MAIS VACINAS E AMPLIA ESTADO DE EMERGÊNCIA**

Os novos imunizantes são desenvolvidos pela Moderna e pela AstraZeneca

*Por Chang-Ran Kim \* - Tóquio*

O Japão ampliou nesta sexta-feira (21) o alcance de um estado de emergência para cobrir a ilha de Okinawa, e autoridades aprovaram mais duas vacinas contra o novo coronavírus para acelerar uma campanha de inoculação atrasada.

As vacinas recém-aprovadas da Moderna e da AstraZeneca se somarão ao imunizante desenvolvido pela Pfizer e a BioNTech, em uma campanha iniciada em meados de fevereiro.

A vacina da AstraZeneca não será usada por ora, disse a empresa. A mídia já havia noticiado que o governo adiará seu uso devido a preocupações com coágulos sanguíneos em algumas pessoas.

"Faremos nosso melhor ao trabalhar para garantir que pessoas idosas que buscam vacinações possam receber suas duas doses até o final de julho", disse o ministro da Economia, Yasutoshi Nishimura, que lidera o esforço de reação ao coronavírus, a repórteres.

O Japão só vacinou 4,1% de sua população, de acordo com um monitor global da Reuters, a taxa mais lenta entre os maiores e mais ricos dos países do mundo.

Contrastando com algumas outras nações do G7 que estão começando a abandonar medidas de lockdown antipandemia, a maior parte do Japão continua submetida a restrições de emergência em meio a uma quarta onda de infecções.

Nesta sexta-feira (21), o governo acrescentou Okinawa à lista de nove regiões submetidas a medidas emergenciais rígidas -- entre elas Tóquio, onde os Jogos Olímpicos devem começar em cerca de dois meses.

\* Reportagem adicional de Rocky Swift, Ritsuko Ando e Ju-Min Park

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 21/05/2021

## "ESTAMOS PRONTOS PARA NOVAS PARCERIAS", DIZ MINISTRO EM CÚPULA DO G20

Brasil quer atrair farmacêuticas para produzirem vacinas no país

Por Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil – Brasília



[https://imagens.ebc.com.br/PmzUOR\\_m5dGTb-MAHtEH0tPw2uM=/1170x700/smart/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/ministro\\_carlos\\_alberto\\_franco\\_franca2804217571.jpg?itok=cub7dynw](https://imagens.ebc.com.br/PmzUOR_m5dGTb-MAHtEH0tPw2uM=/1170x700/smart/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/ministro_carlos_alberto_franco_franca2804217571.jpg?itok=cub7dynw)

O ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, aproveitou a Cúpula Global de Saúde do G20 (grupo das 20 maiores economias mundiais), que ocorre hoje (21) de forma remota, para tentar atrair, para o Brasil, o investimento financeiro de empresas

farmacêuticas internacionais.

"Estamos prontos para firmar novas parcerias com empresas interessadas em produzir no Brasil, beneficiando-se de nossas instalações industriais, força de trabalho e experiência no desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas", disse França ao participar da abertura do evento que reúne líderes políticos do G20, chefes de organismos internacionais e empresários.

Em seu discurso representando o Brasil no encontro, França declarou que a cooperação internacional será essencial para que o mundo supere a pandemia da covid-19, e que as empresas farmacêuticas têm um papel "essencial" neste processo.



“Para acelerar o processo global de vacinação e fortalecer o combate ao novo coronavírus, o Brasil defende a adoção de medidas concretas para fortalecer a produção internacional de vacinas, medicamentos e equipamentos em um grande número de países em desenvolvimento, bem como a facilitação de acordos e a transferência de tecnologias”, acrescentou o chanceler.

França acenou aos executivos farmacêuticos estrangeiros destacando que o Brasil não só possui um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo, o Sistema Único de Saúde (SUS), como tem projetos para ampliar a capacidade produtiva nacional, como o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde que a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (Codin) estão construindo na zona oeste do Rio de Janeiro.

“Estamos investindo na aceleração de nossa capacidade produtiva com a construção do complexo do [bairro de] Santa Cruz, no Rio de Janeiro, que será o maior polo biofarmacêutico da América Latina. E também planejamos instalar, futuramente, no país, um laboratório do mais alto nível de biossegurança”, comentou o ministro.

Admitindo que o Brasil ainda precisa de assistência internacional para lidar com a pandemia, França agradeceu o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e dos países que têm colaborado com vacinas, medicamentos, equipamentos e outros insumos hospitalares. Mas também criticou as desigualdades entre nações na distribuição dos suprimentos.

“Infelizmente, o acesso equitativo às vacinas, testes e tratamentos com que nós, membros [de organismos internacionais], nos comprometemos a fim de garantir que ninguém ficasse para trás, ainda não é uma realidade”, lamentou França. “Enquanto alguns países ricos têm abundância de vacinas, os países menos desenvolvidos estão sofrendo as consequências da pressão sobre seus sistemas de saúde, sem o mesmo acesso aos suprimentos e tratamentos existentes.”

Edição: Denise Griesinger

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 21/05/2021



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006